

**“O Impacto das Organizações Inter-governamentais
Regionais na Resolução dos Casos de Direitos Humanos nos
Estados Soberanos: o Caso Brasileiro e a Lei Maria da
Penha”**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
(especialização em Relações Internacionais)**

Maria Eunice Ludovice de Almeida

Abril, 2014

“Para mim, a felicidade imaginária e fugaz de Sísifo ocorre, e.g., no presente domínio de proteção, quando uma vítima de violações de seus direitos básicos recupera sua fé na justiça humana graças à atuação de uma instância internacional como a Corte Interamericana de Direitos Humanos.”

- António Augusto Cançado Trindade (Desafios e Conquistas do Direito Internacional dos Direitos Humanos no início do século XXI, p. 84)

“O Impacto das Organizações Intergovernamentais na resolução dos casos de Direitos Humanos nos Estados Soberanos: o caso Brasileiro e a Lei Maria da Penha”

RESUMO

Palavra- chave: Direitos Humanos, organizações internacionais, violência doméstica, estados soberanos.

A presente dissertação visa analisar o impacto da Organização dos Estados Americanos na afirmação dos direitos da mulher na sociedade brasileira através da Lei Maria da Penha. Para chegar a este importante momento da história – entrada em vigor da referida lei para as mulheres brasileiras, o trabalho analisa de forma sucinta a história dos Direitos Humanos e a sua evolução desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Este último acontecimento foi efetivamente o ponto de partida no panorama internacional para as grandes transformações de mentalidades e o surgimento de diversas correntes ligadas à proteção dos direitos do homem em geral e da mulher em particular.

O direito internacional dos direitos humanos será estudado desde a sua origem no plano internacional, até a sua posterior e efetiva aplicação no plano regional.

De seguida será feita uma análise dos documentos internacionais mais relevantes para a efetivação desse ‘novo’ direito na ordem jurídica internacional.

As organizações internacionais, sujeitos internacionais fruto dessa evolução, serão igualmente mencionadas, com especial atenção dada às Organizações Internacionais Inter-governamentais Regionais, nomeadamente, a OEA.

Os problemas de violência doméstica e disparidades de género, no Brasil, geraram uma recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para o estado brasileiro. Por este motivo vamos estudar o sistema de procedimento desse órgão, juntamente com a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Após consideração desta organização em particular, bem como da atividade desenvolvida por esta no âmbito dos direitos humanos, é feita uma análise da evolução histórica da mulher na sociedade brasileira e a problemática da violência doméstica. Por último, será feita uma análise do impacto dessa organização na resolução dos casos

de violência doméstica no Brasil e da sua força de persuasão para a adoção de uma determinada lei por parte deste Estado soberano, na medida em que todo esse processo levou a que o Brasil aprovasse a Lei n.º 11/340, conhecida também como Lei Maria da Penha, que foi sancionada neste Estado, em 7 de agosto de 2006.

**The Impact of Inter-governmental Organizations in the Resolution of Humans
Rights Cases: Case Study of Brazil and the Maria da Penha Law.**

ABSTRACT

Keywords: Human rights, international organizations, domestic violence, sovereign states

The following dissertation will analyze the impact of the Organization of American States on women's rights in Brazilian society through the Maria da Penha law. Before reaching this important moment in Brazilian history, this essay will analyze the history of Humans Rights and its evolution since the end of World War II. This was an event that gave way to changes in the ways people thought and new philosophies and laws dedicated to the protection of human rights, especially women's rights.

This paper will cover the trajectory of human rights: from its origins to its implementation on a world wide scale. Following this will be a critical analysis of relevant international documents that are responsible for bringing fourth the International Human Rights Law into the international community.

International organizations that have been conceived as a result of this law will also be mentioned, and with special attention to inter-governmental organizations such as the OEA. The issues of domestic violence and socioeconomic disparities in Brazil have generated special attention in the Inter-American court and the Court has recommended that the Brazilian state focus on these issues to fully comply with the objective of the Inter-American court. As a result, we will study the legal proceedings of this initiative along with the court.

Along with this, there will be an analysis on the transformation of women's in Brazilian society and issues of domestic violence. Finally, there will be an analysis on the impact this organization has had on the resolution of domestic violence cases in Brazil and its influence on the State in approving the Maria da Penha Law, which was put into effect on August 7th, 2006.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, à força que Ele me dá. Sinto-o todos os dias na minha vida. Só com Ele é possível viver com esperança, lutar com fé e nunca desistir.

Aos meus pais, Onaldo e Rita. O exemplo que vocês me dão diariamente me faz com que queira ser mais e melhor, a cada dia. Vocês são a minha bússola orientadora. Amo vocês.

Ao meu filho, Pedro, meu raio de sol, que passou por todo este cansativo período comigo. Tenho que agradecer a Deus o filho maravilhoso que você é todos os dias para mim. Este trabalho é dedicado a você, meu amor.

A toda minha família, Nathalia, Hamilton, Paulo, Tatiane, Itamara, e aos meus avós, Hamilton (*in memorian*), Eunice (*in memorian*), Rafael (*in memorian*) e à Vovó Dezinha. Amo todos vocês e não poderia pedir a Deus uma família mais verdadeira.

À Irmã Conceição Galvão, Diretora-Geral da Congregação Das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, situada em Sintra, Portugal, pela sua bondade, carinho e pelo amor que sempre teve comigo, com a minha família e pela força que me deu nos momentos mais difíceis, com suas orações e serenidade.

Aos meus amigos, Hugo, Vitor, Joana, Vânia, Cátia e Ana Filipa. Um agradecimento especial também a Dr. José Manuel Silva e Anthony Otey. Obrigada pela vossa amizade e apoio. Vocês fazem minha vida ser mais alegre e isso reflete-se na minha vontade de vencer.

Ao Prof. Doutor Mário Barata e Prof. Doutor Ricardo Vieira, um agradecimento sincero pela ajuda indispensável e pelas orientações.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, especialmente ao Departamento de Estudos Políticos e a Seção de Mestrados dos Serviços Académicos. Um obrigado especial dedicado à Professora Doutora Teresa Rodrigues, coordenadora dos Mestrados no DEPol. Também deixo um agradecimento ao secretariado DEPol, Maria da Luz Ginja e ao Dr. Artur Patrício.

Não poderia deixar de agradecer à minha primeira universidade, Universidade Tiradentes, que está situada em Aracaju, Sergipe, Brasil, pois foi lá que adquiri o gosto pelo saber e as bases para o meu sucesso no ensino académico europeu. Por fim, obrigada ao Prof. Doutor Tiago Moreira de Sá, meu orientador, pela atenção constante que teve comigo neste trabalho. O Prof. ajudou – me a não desistir, quando todos os caminhos apontavam para isso. Terei eterna gratidão pelo seu apoio e ensinamentos.

ÍNDICE

Agradecimento –	página 5
Índice -	página 7
I.	Introdução – página 9
II.	Conceitos – página 12
2.1.	Internacionalização dos Direitos Humanos – Contexto Histórico – página 12
2.2.	O Direito Internacional dos Direitos Humanos – Conceitos e Contexto Jurídico - página 20
2.3.	Estado, soberania estatal e influência dos Direitos Internacional dos Direitos Humanos – página 27
III.	Proteção Internacional dos Direitos Humanos – Página 32
3.1.	Organizações Internacionais – página 32
3.2.	Organização dos Estados Americanos – página 37
3.2.1.	Origem – página 37
3.2.2.	Objetivos e estrutura da OEA – página 40
3.3.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos – página 41
3.4.	Corte Interamericana de Direitos Humanos – página 47
3.5.	Convenção Americana sobre Direitos Humanos – página 53
IV.	Caso concreto – Evolução histórica do papel da Mulher em sociedade, Violência Doméstica no Brasil e a Lei Maria da Penha – página 55
4.1.	Origem do movimento feminista e a violência doméstica no Brasil – página 55
4.2.	Percurso da Mulher no Brasil – página 62
4.3.	Convenções que antecederam a Lei Maria da Penha no Brasil – página 66
4.4.	Lei Maria da Penha – página 69
4.5.	Impacto da Lei Maria da Penha – página 74
4.5.1.	Impacto jurídico – página 74
4.5.2.	Impacto social – página 77
4.5.3.	Impacto político – página 81
V.	Conclusão – página 86

Bibliografia – página 90

Anexos – página 95

I. Introdução

A presente tese tem como objetivo principal estudar o impacto das Organizações Internacionais Inter-governamentais Regionais na resolução dos casos de direitos humanos nos países que assinam seus tratados e a partir deste ato comprometem-se a seguir suas normas.

Tenho a seguinte pergunta de partida: qual o impacto que a Organização dos Estados Americanos teve na resolução do caso de violência doméstica de Maria da Penha Maia Fernandes, no Brasil?

Nessa dissertação procurei demonstrar o impacto jurídico, político e social depois da resolução de uma Organização Internacional Inter-governamental Regional num Estado de direito, sugerindo aplicação e adoção de determinadas medidas consoante os parâmetros de funcionamento da garantia dos Direitos Humanos voltados à proteção da Mulher.

Esta investigação pretende também ser uma tentativa de estabelecer a evolução dos direitos humanos e do direito da mulher e uma comparação do antes e depois da aplicação da Lei Maria da Penha no Brasil, segundo a Organização das Nações Unidas, uma das três melhores legislações do mundo no combate à violência contra as mulheres. (Prefácio da Lei Maria da Penha).

Os temas, direitos humanos, direito internacional público, Estado, organizações internacionais, movimento feminista e violência doméstica, estão interligados neste trabalho.

A dissertação segue uma sequência lógica, iniciando com os conceitos e teorias dos direitos humanos, os documentos que acompanharam a evolução desses direitos, a soberania do estado, a criação e evolução das organizações internacionais, a luta da mulher no cenário político e social brasileiro, a luta da mulher pela proteção dos seus direitos e por fim, a aplicação de uma lei originada por recomendação de órgão titular de direito a um Estado soberano.

Começo por desvendar historicamente o caminho do reconhecimento dos Direitos Humanos e sua considerável conquista na sociedade nos últimos anos, pois, se olharmos a história, esta remete-nos para um passado onde o direito do homem comum não tinha a importância de hoje. Farei uma abordagem histórica passando pelas guerras, principalmente a segunda guerra mundial, altura em que não existia o termo ‘Direitos

Humanos' no seu sentido prático, ou ainda mais especificamente o Direito da Mulher. Vivia-se um cenário desprovido de qualquer brio humanitário aconteciam sem nenhuma espécie de punição os crimes de guerra, os crimes de genocídio, as agressões e os crimes contra a humanidade. Convivia-se com a violência de forma 'pacífica' e com o preconceito de gênero e a não aceitação desses problemas ou revolução contra o sistema instalado, implicaria o uso da força sem posterior julgamento, devido ao fato de ainda não haver organizações internacionais ou outro meio legal à sua proteção.

Algumas manifestações de defesa dos direitos começaram a surgir antes da Segunda Guerra e houve por parte dos Estados a criação de alianças importantes que fizeram estreitar laços exteriores. Porém, só com o final efetivo da Segunda Guerra Mundial é que a preocupação se materializou, assegurando a garantia de segurança efetiva das pessoas, o que fez surgir uma nova ordem jurídica internacional. Foram criados tribunais internacionais com o fim de resolver casos que dentro do âmbito nacional não tinham efeito resolutivo.

Irei fazer uma breve exposição nos capítulos seguintes do Direito Internacional dos Direitos Humanos, demonstrando algumas teorias defendidas, seus conceitos, fundamentos e sua abrangência na sociedade mundial, para percebermos e enquadrarmos posteriormente a lei que será tema desta tese.

Refiro a soberania estatal, porque, para compreendermos o 'novo' direito internacional, a influência de uma organização internacional inter-governamental e sua influência na legislação dos Estados, há que entender, a história e funcionamento dos mesmos, possuidores de autoridade incontestável. Verifico que, com o desenvolvimento das relações internacionais, as organizações internacionais governamentais e o Direito Internacional Público passam a interferir nos assuntos internos dos Estados, caso se verifiquem indícios de violação ou omissão de crimes. As alianças são estabelecidas por convenções, tratados e outros documentos oficiais, estreitando laços de cooperação entre Estados.

É dedicado um capítulo às organizações internacionais, às organizações ligadas ao julgamento de crimes que possuem como fundo jurídico o Direito Internacional Público e passaram a ser elementos indispensáveis para que a segurança jurídica fosse cumprida. Darei ênfase especificamente à Organização dos Estados Americanos - OEA e a Convenção do Pacto de San Jose da Costa Rica, seguida dos seus órgãos de proteção

de direitos humanos: a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Vou mostrar a história, conceito, função, penas, jurisdição e composição da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, suas estruturas e métodos de funcionamento, leis que advieram deste pacto, seus procedimentos contenciosos, bem como medidas provisórias adotadas em caso de gravidade e as decisões concretizadas. Vou analisar os artigos da Convenção da OEA, que originou a Lei Maria da Penha.

Finalizando a parte de definições e esclarecimento do contexto histórico e jurídico mais relevante para o cenário mundial e à estrutura da OEA, vou passar de fato ao objeto de estudo da dissertação: o contexto histórico dos direitos femininos, a violência doméstica, primeiras manifestações ocorridas no Brasil, a Lei Maria da Penha e o impacto desta na sociedade brasileira.

Este ponto será orientado na questão da evolução do papel da mulher na sociedade brasileira, todo o processo histórico da luta contra o preconceito de gênero e a mudança das sociedades a nível económico e social na década de 60.

Falarei deste período da história em que os movimentos feministas multiplicaram-se, primeiramente nas sociedades mais desenvolvidas passando a refletir nas sociedades menos desenvolvidas, o que originou uma grande revolução da situação da mulher no Brasil. A Mulher passa a ganhar nova responsabilidade social no país.

Com essa alteração da figura feminina no Brasil e sua atuação ao longo dos anos, os problemas específicos que afetavam apenas à mulher passam a ser vistos e discutidos com rigor e de forma contínua, como por exemplo, a violência doméstica.

No ponto seguinte será dado enfoque à Lei Maria da Penha, sua origem, seus artigos, sua aplicação e seu impacto na sociedade brasileira.

A violência doméstica no Brasil será estudada, na medida em que foi este problema que originou a Lei Maria da Penha, e que passou a constar no ordenamento jurídico de todos os Estados Brasileiros, motivada do caso particular de Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu agressor punido. A resolução deste caso deveu-se à eficácia jurídica da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por esta razão menciono brevemente algumas leis que advieram desta Convenção. Importa salientar a lei 11.340/2006 é, segundo a Organização das Nações Unidas, uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres. (Prefácio da Lei Maria da Penha).

Procurarei através de dados disponíveis verificar se o número de registos de crimes aumentou ou diminuiu com a criação desta lei e se houve um impacto positivo efetivo no aumento ou diminuição da violência contra a mulher, ou seja, se a lei age eficazmente ao longo dos anos.

Vou analisar o impacto da aplicação da lei na legislação brasileira nos aspectos jurídicos, sociais e políticos.

O meu objeto de estudo é feito com uma análise qualitativa, envolvendo a interpretação dos argumentos apresentados pelos autores das obras e frases citadas, objetivando sempre aprimorar as ideias através de informações sobre o tema exposto, recorrendo a bases institucionais para obtenção de dados estatísticos.

Utilizei literatura disponível, como artigos académicos sobre o assunto, fontes escritas, literatura específica sobre alguns temas relacionados com o objeto de estudo.

A minha pesquisa debruça-se também em um levantamento bibliográfico jurídico, revistas académicas, sites institucionais e material disponibilizado pela própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Pretendo com este estudo, gerar uma reflexão sobre a violência doméstica, mostrando o caso específico brasileiro, fazendo que surjam ideias e sugestões da análise da situação da mulher na sociedade de forma a que esta seja uma lei que outros Estados também possam reproduzir nas suas legislações nacionais.

Devido ao fato da organização estudada abranger um determinado espaço geográfico, de ordem regional, não consegui recolher grande bibliografia, pelo que a pesquisa foi feita maioritariamente através de consulta de artigos encontrados na internet .

II. Conceitos

2.1. Internacionalização dos Direitos Humanos – Contexto histórico

Em que período da história podemos afirmar que nasceram os direitos humanos ou a primeira manifestação por parte da sociedade da proteção dos direitos inerentes ao homem?

Podemos pensar que os direitos humanos são o resultado da luta e reivindicação moral e política. A luta pelos direitos dos povos dependeu sempre de fatores sociais e

históricos e possui a característica de estar em contínua redefinição, com atributos normativos, estabelecidos em tratados, acordos e outros documentos do foro jurídico. Esse ponto de vista, embora remoto, ilustra como a defesa dos direitos humanos sempre foi uma preocupação do próprio cidadão ao longo da história e sua evolução.

Desde Aristóteles, Kant, e até mesmo a Igreja que sempre atuou em alguns momentos históricos (o principal representante da Igreja Católica interveio como mediador de litígios internacionais, sendo assim fator decisivo para a manutenção da paz), já demonstravam essa preocupação. Segundo o doutrinador António Augusto Trindade, “*A ideia dos direitos humanos é, assim, tão antiga como a própria história das civilizações, tendo logo se manifestado, em distintas culturas e em momentos históricos sucessivos, na afirmação da dignidade da pessoa humana, na luta contra todas as formas de dominação e exclusão e opressão, e em prol da salvaguarda contra o despotismo e a arbitrariedade, e na asserção da participação na vida comunitária e do princípio da legitimidade*” (Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Porto Alegre: Fabris, 2.^a ed., vol. 1, 2003.)

Se formos estudar a História dos direitos humanos podemos verificar que houve vários ‘estádios’ do seu desenvolvimento.

Antigamente a consciência dos direitos humanos não existia. O que havia eram ações quase voluntárias por parte de elementos da nossa história, que podem ser divididas em termos históricos da seguinte forma: a Antiguidade, que vai de 4000 a.c. e 476 d.c., a Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, que corresponde à divisão clássica dos períodos da História.

A começar com a libertação dos escravos em 539 a.C., pelo primeiro rei da Pérsia, Ciro, O Grande, que decretou a igualdade racial e que todas as pessoas tinham o direito de escolher sua própria religião. O cilindro, registo onde ficou gravado os decretos de Ciro, foi reconhecido pelas Nações Unidas.

Depois podemos passar pela Babilónia, com o conceito dos Direitos Humanos que foi dissipado para outros países, como Roma, Índia e Grécia. O Absolutismo também serviu para que os conceitos de cidadania e soberania estivessem constantemente vinculado aos Direitos Humanos.

Foi na Antiguidade que surgiram as primeiras normas para regulamentar a vida das pessoas em sociedade. De entre elas temos alguns exemplos, como o Código de Hamurabi e a Lei das Doze Tábuas, que defendia uma proteção ao indivíduo, porém

funcionava consoante a classe em que estava inserido. Esta Lei trouxe para a história dos Direitos Humanos o princípio de que todas as pessoas são iguais, e consequentemente seriam sentenciadas de forma igual também, consoante sua violação. O Princípio da Igualdade deu-se neste momento da História.

Na Idade Média, considerada por muitos autores como um momento obscuro da História, verificamos que foi um dos períodos com maior desenvolvimento do tema de Direitos Humanos. Essa altura foi marcada pela intensa religiosidade humana e luta pelo poder entre Estado e Igreja. Trechos da história demonstram que foi o cristianismo que iniciou esse pensamento, o que influenciou as relações entre os indivíduos com a nítida união entre Estado e Igreja, dando prioridade aos direitos fundamentais.

Alguns autores defendem a ideia de que o cristianismo não teria nenhum caráter de proteção dos direitos humanos, na medida em que permitia a escravidão. Mas a ideia de cristianismo que a igreja defendia estava relacionado ao direito natural e naquela altura a relação de escravidão era considerada uma relação de chefe e empregado, não havendo assim, segundo a Igreja, nenhuma violação do direito natural do ser humano. Os crimes, consoante as épocas da história, foram sendo tipificados de maneira diferente. Nesta altura por exemplo, a heresia era um crime sujeito a punição.

“Não há mais Judeu nem Grego, já não há mais nem escravo nem homem livre, já não há mais o homem e a mulher, pois todos vós sois um só em Jesus Cristo”.

(BÍBLIA, a.C.Op.cit., Gálatas, capítulo 3, versículo 28.)

Podemos afirmar que a primeira geração de Direitos Humanos nasceu com a Magna Carta, em 1215, isso porque esta exerceu posteriormente grande influência no direito constitucional dos países na afirmação dos Direitos Humanos e depois deste documento o rei passou a obedecer à lei.

O percurso da evolução dos Direitos Humanos na Idade Moderna, no período compreendido entre 1453 a 1789, foi marcado pelas Revoluções Francesa e Americana. Novas ideais surgem com o iluminismo e agora a religião já não mais explica tudo o que acontece em sociedade. O ser humano começa a ter noção de que possui direitos consagrados e inalienáveis.

Os direitos civis e políticos surgem nesta altura e refletem uma concepção liberal com inspiração ocidental. A grande mudança está relacionada com os direitos da pessoa que

podem ser invocados nos tribunais nacionais e exigência de uma postura não ativa do Estado.

Entre esse período, foi elaborado um tratado conhecido como Tratado de Vestefália, documento essencial, porque pela primeira vez na história houve a concepção do Estado Moderno, que nos apresenta um novo conceito de soberania, até então inexistente, renunciando uma hierarquia baseada na religião.

Em 1787, nos Estados Unidos, foi elaborada a “*Bill of Rights*”. O que este documento trouxe e que ainda não estava previsto da Magna Carta foi exatamente a previsão de independência do parlamento e representou o surgimento do princípio da divisão de poderes.

Outro momento de grande importância no cenário dos Direitos Humanos foi a criação da Declaração de Direitos do Povo da Virgínia e o preâmbulo da Declaração de Independência dos Estados Unidos que defendia a ideia de “*Life, Liberty and Happiness*”, 4 de Julho de 1776. Esta declaração fez sobressair os direitos individuais e o direito à revolução [nota: direito à revolução?] e inspirou a Revolução Francesa. Previu também que todo ser humano é titular de direitos fundamentais, afirmando assim um ponto de grande relevância que se reflete nos dias de hoje sobre os direitos do homem.

Na Idade Contemporânea, em 1789, em França, nasceu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que possuía uma linguagem e feitos universalizantes e redefiniu a soberania estatal; que o objetivo de toda associação política é a preservação dos direitos naturais e inalienáveis do homem e, no seu artigo 3.º, que “a fonte fundamental de toda soberania reside na nação”. Essa Declaração foi bastante influenciada pela Revolução Estaduniense e pela Declaração de Direitos do Povo da Virgínia e suas medidas foram inovadoras para aquele momento, como por exemplo o surgimento do cenário composto por um Estado laico, sem religião oficial, a previsão específica do princípio da legalidade, o princípio da anterioridade e o princípio de Estado de Inocência, ou seja, aspectos relevantes para a tutela de Direitos Humanos.

Apesar de haver registros de processos por crimes de guerra antes do século XX, nesta altura ‘os suspeitos de crimes de guerra eram julgados de acordo com o direito nacional em tribunais nacionais, o que na prática, significava que, se os responsáveis detivessem posições de relevo na hierarquia do Estado, ficavam livres de acusações.’ (Brown & Ayinley, 2009, p.385).

No século XX podemos verificar a importância de duas constituições que serviram para influenciar de maneira importante e decisiva o Direitos Interno dos países. As principais são as Constituições do México, criada em 1917 e a Constituição Alemã de 1919, que elegeram e elevaram a condição de Direitos Fundamentais a interesses trabalhistas [nota: interesses trabalhistas????] e previdenciários, como nenhum outro diploma havia feito anteriormente. Vale ressaltar que esses diplomas foram elaborados no âmbito da Primeira Guerra Mundial. A Constituição Alemã foi criada logo a seguir a assinatura do Tratado de Versalhes. Este tratado foi um acordo internacional, criado para levar a Alemanha a ressarcir todos os Estados vencedores da 1.^a Guerra Mundial dos danos causados.

“Invariavelmente, o fim da Guerra-Fria e o desaparecimento do equilíbrio bipolar, a crescente importância da intervenção das organizações internacionais, entre as quais muitas não-governamentais, a globalização da economia e finanças, a formação de blocos económicos a nível regional, o papel decisivo da informação por redes mais ou menos diretas, muitas vezes através dos meios de comunicação social, a acessibilidade a situações factuais pelo desenvolvimento tecnológico, a necessidade crescente de preservação do ambiente, entre outros, são-nos apresentados como razões da erosão da ordem anterior e causas criadoras de uma nova situação no Direito Internacional Público”.(Escameia, 2009, p.11)

[nota: faz sentido esta citação aqui? Ela fala do fim da Guerra Fria e no texto está a falar do final da Primeira Guerra Mundial]

Os Direitos Humanos nesta altura estão intrinsecamente ligados à realidade das guerras e a Alemanha foi um ator de grande relevo.

No cenário interno alemão, o Tratado de Versalhes, no sentido de penalizar a Alemanha, trouxe um clima de insatisfação e ultranacionalismo entre os cidadãos, liderados por Adolf Hitler.

Não podemos falar em violação dos Direitos Humanos sem citar esse líder. Hitler tentou em 1923 fazer um golpe de Estado, sendo posteriormente julgado e condenado a 9 meses de prisão na Alemanha. Assumiu o poder sobre a Alemanha em 1933, agindo posteriormente com uma total violação dos direitos humanos.

Após a 2ª grande Guerra Mundial, o mundo mostrou-se completamente frágil e vulnerável a todos os tipos de atrocidades perante o ser humano. “O Direito Internacional Clássico até a II Guerra Mundial, foi um Direito que se baseava na vontade e na soberania dos Estados, o que teve como consequência a sua incapacidade para proteger o indivíduo.” (Martins, 2013, p.83).

Com a permanente e brutal violação dos Direitos Humanos foi criado um cenário de grande preocupação que foi crescendo na maior parte do globo. A evolução da sociedade internacional “e mais que isso, a sua transformação e mutação numa sociedade à escala planetária, será sobretudo, fruto de acontecimentos ocorridos em duas datas: 1919 e 1945.” (Queiroz, 2013, p.12)

Esse tema passou a ser preocupação e interesse de toda a comunidade internacional e não somente de cada Estado isolado, e o processo de internacionalização veio seguido principalmente pelo fator moral, material e económico. Como consequência, foram surgindo inúmeras organizações internacionais.

O renascimento do Estado de direito nasceu mostrando-se de extrema importância na defesa da dignidade da pessoa humana e suas constituições democráticas assumiram a categoria de protetoras dos direitos sociais e individuais. Toda essa situação frágil que se vivia fez com que os países criassem um grupo com o intuito de promover a paz e prevenir futuras guerras. O mundo já não conseguia passar pelo que já tinha passado. O clima de tensão ainda estava no ar e teriam que tomar uma atitude urgentemente.

“O desconhecimento e o desprezo dos direitos humanos conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade, e o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem...todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (Art. 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

O tema de Direitos Humanos passou do plano interno e constitucional, derivado apenas do livre arbítrio dos Estados, também chamada relações interestatais, para a ordem internacional, ou seja, com a existência de um legislador e de um ordenamento jurídico supranacional, onde o cidadão é defendido por uma organização com cunho de intervenção humana com legitimidade para criar petições.

“Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem uma vez por todas” (Bobbio, 1992, p.5)

Altera-se o cenário mundial de uma forma que nunca mais voltaria a ser como antes. Os direitos adquiridos seriam firmes, com tendência a evoluir. Os direitos internacionalizaram-se. O valor económico e das relações políticas com o desenvolvimento da internacionalização dos direitos, que levaram à valorização deste tema na esfera das relações entre os Estados, entre grupos e cidadãos e a expansão do direito internacional “é acompanhada por um crescimento exponencial das relações internacionais efetivas” (Queiroz, 2013, p.12).

O grande marco dos Direitos Humanos, foi alcançado em Abril de 1945, com o acordo da carta das Nações Unidas. Foram criadas também organizações de carácter regional.

Nós os povos das Nações Unidas estamos determinados a salvar as gerações futuras do flagelo da guerra, que por duas vezes na nossa vida trouxe incalculável sofrimento à Humanidade”. (preâmbulo da carta das Nações Unidas)

Antes deste documento, em 1948, foi criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos , como já referi, onde foi desenvolvido um ramo do direito caracterizado como protetor, iniciando a sua fase legislativa, com a elaboração de pactos e tratados que trouxeram carácter normativo aos direitos consagrados, através de Conferências Mundiais de Direitos Humanos.

Neste diploma em particular verificamos a presença das três dimensões dos Direitos: as liberdades públicas, os direitos económicos e sociais e os direitos de fraternidade ou de solidariedade. Esta declaração não se mostrou no cenário das Relações Internacionais como um documento internacional, mas como uma recomendação. Deste modo, como ocorre com a maior parte dos tratados, se houver violação das suas recomendações, não haverá aplicação de pena e sanção internacional. Os Estados, sabendo desta limitação, criaram dois tratados com o objetivo de promover a execução

prática da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Esses dois tratados foram elaborados em 1966: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. O primeiro é dirigido às pessoas e possui uma aplicabilidade imediata. O segundo é um diploma dirigido aos Estados, com direitos de aplicação progressiva.

Antes de ser criada a Organização das Nações Unidas, existia a Liga das Nações, também denominada Sociedade das Nações. Surgiu pelo tratado de Versalhes e figurou para evitar a eclosão de uma Segunda Guerra Mundial. A História demonstrou que a Liga das Nações não conseguiu cumprir sua finalidade e deixou de existir em 1946.

O Direito do Homem, ao longo dos anos sofreu muitas influências, na Idade Antiga e Média, passando pelo início da Idade Moderna, desde a Revolução Francesa e Americana, fazendo crer que o direito foi evoluindo em cada geração, não abstendo-se dos anteriores direitos consagrados, mas sim, acrescentando novos direitos com maior proteção e garantia.

O fato da Europa ter sido a precursora dessas medidas deve-se ao fato de ser um continente composto por países de primeiro mundo, o que de certa forma evitou o surgimento de regimes ditatoriais na maior parte dos estados europeus. Esta observação só é válida e de forma generalizada no Pós-Segunda Guerra Mundial. Porém, mesmo no Pós- guerra havia algumas exceções na Europa: Portugal, Espanha, Grécia, sem falar de toda a Europa de Leste.

As realidades entre regiões, de uma forma global, diferem muito, com variáveis diversas, quer a nível histórico e consequentemente social, político, económico e jurídico de cada povo. Pode chegar-se à conclusão que o movimento de internacionalização dos Direitos Humanos começou no Pós-Segunda Guerra Mundial, com o surgimento da terceira dimensão dos Direitos Humanos. Os interesses instaurados eram o de fraternidade e solidariedade.

Antes existiam tratados internacionais para a tutela de interesses fundamentais. Os Estados passam a submeter o seu território, a sua sociedade, às regras ali consignadas para a tutela dos Direitos Humanos. O objetivo é sempre a preservação do ser humano e a tutela dos seus interesses e tais direitos podem ser garantidos também pela alçada de organizações internacionais e “este ‘novo’ Direito Internacional, em certos domínios, apresenta-se como o prolongamento de regras e princípios já existentes. Mas,

por outro lado, esse Direito comporta, necessariamente, um largo setor de ‘inovação’ e de ‘desenvolvimento’ progressivos.” (Queiroz, 2013, p.33)

Historicamente já existiu o processo como secreto, em que o próprio acusado desconhecia o conteúdo existente da sua acusação. Essa prática não se mostra compatível com a ideia basilar dos Direitos Humanos. Com o devido processo legal, podemos verificar a existência de procedimentos legais e regulares que são reconhecidos por todos os integrantes da sociedade. Há uma clareza no desenvolvimento de todo o processo de execução da norma. Por exemplo, ao ser acusado da violação de um direito, a pessoa arguida conhece quais serão os procedimentos que será submetido seu caso e terá hipótese de preparar convenientemente a sua defesa. Se a acusação for verdadeira a pessoa cumprirá uma pena que está de acordo e prevista na legislação. Não existem surpresas. Podemos encontrar essa previsão já na Magna Carta.

2.2. O Direito Internacional dos Direitos Humanos – Conceitos e Contexto Jurídico

Antes de debruçar sobre a necessidade de criar este ramo do direito, seus métodos de funcionamento, suas características intrínsecas e históricas, temos também que entender a sua definição, pois existem algumas divergências acerca da sua real designação e muitas vezes a doutrina reconhece a dificuldade em definir com a justificação de que “qualquer tentativa pode significar resultado insatisfatório e não traduzir para o leitor, com exatidão, a especificidade de conteúdo e a abrangência” (Moraes, 2009, p.40).

Como já foi mencionado, há diferentes opiniões que circundam a definição dos Direitos Humanos. Este pode ser ‘confundido’ ou dissolvido no conceito dos direitos fundamentais que todo o ser humano possui.

Existem muitas definições e formas de se tratar os Direitos Humanos e são utilizadas, indistintamente, as seguintes expressões: “direitos naturais, direitos humanos, direitos do homem, direitos individuais, direitos públicos subjetivos, liberdades fundamentais, liberdades públicas e direitos fundamentais do homem.” (Taiar, 2009, p. 24)

A doutrina e seus autores divergem. A noção de Direitos Humanos funde-se na definição de Direitos Fundamentais para alguns teóricos.

Uma definição mais completa e que melhor se adequa aos conceitos de ambos os direitos é a de José Joaquim Gomes Canotilho: “As expressões ‘direitos humanos’ e ‘direitos fundamentais’ são, frequentemente, utilizadas como sinónimas. Segundo a sua origem e significado poderíamos distingui-las da seguinte maneira: direitos humanos são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos (dimensão jusnaturalista-universalista), direitos fundamentais são os direitos humanos, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espaço-temporalmente. Os direitos humanos arrancariam da própria natureza humana e daí o seu carácter inviolável, intemporal e universal; os direitos fundamentais seriam os direitos objetivamente vigentes numa ordem jurídica concreta” (Canotilho, 1993, p.391-grifos do autor).

O que difere os Direitos Humanos dos Direitos Fundamentais reside primeiramente no fato de os dois direitos possuírem diferentes características de composição. Segundo Rogério Tairar, os Direitos Humanos compõem-se dos direitos individuais fundamentados (vida, liberdade, igualdade, propriedade, segurança); dos direitos sociais (trabalho, saúde, educação, lazer e outros); dos direitos económicos (consumidor, pleno emprego, meio ambiente); e dos direitos políticos (formas de realização da soberania popular). (Tairar, 2009, p. 30)

Alexandre de Moraes, diz-nos que os direitos fundamentais possuem as seguintes características: “são naturais, pois os direitos declarados derivam da natureza humana, a declaração presume uma preexistência; são abstratos, são vinculados à natureza e, portanto, necessariamente abstratos, são do ser humano e não apenas dos brasileiros, por exemplo; são imprescritíveis, não se perdem com o passar do tempo, pois se prendem à natureza imutável do ser humano. São, portanto, permanentes; são inalienáveis, já que ninguém pode abrir mão da própria natureza. Os direitos fundamentais não podem ser transferidos de uma pessoa, nem de forma gratuita e nem mediante pagamento; são individuais, porque cada ser humano é ente perfeito e completo, mesmo se considerado isoladamente, independentemente da comunidade; são irrenunciáveis, porque não se pode exigir de ninguém que renuncie à vida (eutanásia) à liberdade em favor de outra pessoa (prender um em lugar do outro); são universais, pertencem a todos os indivíduos, em consequência estendem-se por todo o campo aberto ao ser humano, potencialmente o universo; são invioláveis, eis que

nenhuma lei infraconstitucional ou autoridade pode desrespeitar os direitos fundamentais de outrem, sob pena de responsabilização civil, administrativa ou criminal; são efetivos, já que o poder público deve atuar de modo a garantir sua efetivação, usando inclusive mecanismos coercitivos quando necessário. Esses direitos não se satisfazem com o simples reconhecimento abstrato; são interdependentes, tendo em vista que as previsões constitucionais e infraconstitucionais não possam se chocar com os direitos fundamentais; são complementares, pois os direitos humanos fundamentais não devem ser interpretados isoladamente, mas sim de forma conjunta, com a finalidade de sua plena realização” (Taiar, 2009, p. 30).

A criação do próprio sistema de Direito Internacional dos Direitos Humanos foi analisada e colocada em exercício após às duas grandes guerras, regulamentado posteriormente, assente nos princípios da universalidade, na medida em que todos os seres humanos nasciam com os mesmos direitos; no princípio da indivisibilidade, onde os direitos humanos devem deter igual validade, o que é independente da sua classificação quanto a civis, políticos, económicos, sociais e culturais; e no princípio da complementaridade dos sistemas e aparelhos de proteção.

Podemos definir o Direito Internacional dos Direitos Humanos como “o conjunto de regras jurídicas internacionais, convencionais ou consuetudinárias, que reconhecem aos indivíduos, sem discriminação, direitos e liberdades fundamentais que asseguram a dignidade da pessoa humana e que consagram as respetivas garantias desses direitos”. (Sudre, 2005, p.14).

Ou ainda podemos mencionar outra designação em que defende que o Direito Internacional dos Direitos Humanos “é o conjunto de regras jurídicas internacionais, qualquer que seja a fonte de onde emanam, que reconhecem, sem discriminação, aos indivíduos direitos e faculdades que asseguram a liberdade e a dignidade da pessoa humana e que beneficiam de garantias institucionais”. (Martins, 2013, p. 82).

Esse termo ‘Direitos Humanos’ foi modificado, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na resolução 548 (VI), substituindo Direitos do Homem, da Declaração de 1948, devido a uma tomada de consciência do impacto que essa designação viria a trazer à sociedade, onde o direito da mulher deveria ser igual ao do homem.

Naquela altura, já não fazia sentido mencionar Direitos do Homem quando a sociedade caminhava para a luta contra a discriminação da mulher na mesma. Porém, na doutrina

portuguesa ainda há quem sustente o termo Direitos do Homem, ou até mesmo utiliza as duas expressões.

O Direito Internacional com a evolução das sociedades ganhou novos atores que, encontraram-se capazes juridicamente de ativar a justiça internacional a favor dos seus casos particulares da violação dos seus direitos. O caso dos direitos conseguidos pelas mulheres é um exemplo desses casos isolados que alteraram e influenciaram por completo os tratados e leis implementadas posteriormente relacionados com os direitos humanos. O art.º 2.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem versa sobre este tema defendendo que *‘Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação’*.

Esses direitos são diferentes de outros direitos, como por exemplo, o direito humanitário, devido ao fato de os Direitos humanos ter um caráter subjetivo, com sua aplicação internacional regional ou universal. E possuem, no meio substantivo, normas organizadas em convenções e tratados e resoluções de organismos internacionais, criando garantias com o objetivo único de proteger os direitos humanos, em diversos momentos, principalmente na sua relação com o poder público.

Em termos processuais, os Direitos Humanos agem segundo sistemas de petições, relatórios e investigações, no plano regional e global.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos é “orientado essencialmente à proteção das vítimas, reais (diretas e indiretas) e potenciais, regula as relações entre desiguais, para fins de proteção”. (Trindade, 1997, p. 412). Os artigos 3.º (Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal), 4.º (Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos) e 5.º (Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes) da Declaração Universal dos Direitos do Homem vêm afirmar jurisdicionalmente este valor e direito, como também ‘é dotado de autonomia e especificidade própria,’ (Trindade, 1997, p. 412). “A evolução registada no Direito Internacional moderno vai também no sentido da relevância progressiva de sujeitos não estaduais, designadamente as organizações Internacionais e alguns sujeitos

infra-estaduais – em especial o indivíduo e as Organizações Não-Governamentais.” (Mesquita, 2010, p. 83).

Os Estados passam a não possuir, o controlo absoluto na aplicação de normas sancionatórias perante casos de violação e há uma responsabilização no plano global de todos os Estados com linhas de pensamento contínua e igualitária. Neste sentido os cidadãos passam a possuir também um papel importante na medida em que não entregam completamente ao Estado a aplicação e proteção dos seus direitos.

Os Estados alteraram claramente sua posição na sociedade global, passando a ter poderes relativos frente às preocupações e obrigações *erga omnes*, havendo um dever de solidariedade e cooperação entre todos, e suas constituições nacionais evoluem no sentido de conter normas positivadas voltadas à proteção dos direitos humanos e a ser, por isso também, tema de debates e acordos.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos são direitos regidos pelo Direito Internacional e sua evolução caminha ao lado da evolução desse direito. Ele se fundamenta na “identidade universal da pessoa humana e no princípio da igualdade de todos os seres humanos”. (Martins, 2013, p.88).

Há alguns princípios que não cabem no entendimento dos princípios regidos pelos Direitos Humanos devido ao seu caráter universal e global, descartando assim os princípios da reciprocidade (dado que um Estado, ao não cumprir uma norma perante outro Estado, o país lesado não poderá agir de igual modo), o princípio da ausência da exclusividade da competência nacional (onde os Direitos assegurados pelos Direitos Humanos não podem estar exclusivamente protegidos pelo Estado) e o princípio da não ingerência nos assuntos internos (quanto a este princípio podemos citar o art. 2, n.º 7 da Carta das Nações Unidas, “*Nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas do capítulo VII*”, que estabelece que há um envolvimento de todos os Estados quanto a aplicação das normas internacionais).

O Direito Internacional dos Direitos Humanos não possui as características do Direito Internacional clássico, ou seja, nos princípios da reciprocidade e da exclusividade da competência dos Estados, por exemplo.

Gozam de um caráter de inclusão na sociedade, sendo assim, tem como objeto ‘assegurar tal integração para além das disparidades ideológicas e de desenvolvimento. Quer assegurá-la pela afirmação de normas comuns, algo que chamamos integração normativa, situada em dois níveis: no da formulação das normas e no da realização delas’. (Mbaya, 1997, p.29).

Neste caso, um Estado não pode se abster de uma conduta pelo fato do outro Estado também se abster. Não é uma conduta legal. Esse princípio não cabe nas normas estabelecidas no Direito Internacional.

Uma das evidentes características do Direito Internacional dos Direitos Humanos consiste da norma *jus cogens* dos seus preceitos. Essa é uma norma imperativa perante a comunidade jurídica internacional. A noção de *jus cogens* é das mais controversas do Direito Internacional. Atualmente, aparece referida na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, nos seus artigos 53.º e 64.º, e daí se pode inferir que o “*jus cogens* implica uma hierarquia de normas do Direito Internacional entre as que são imperativas e, como tal, somente derogáveis por outras de igual valor e as que são modificáveis por uma convenção internacional”. (Martins, 2013, p. 92)

O Direito Privado ou Interno, ao contrário dos Direitos Humanos, são diferentes na medida em que estes já se encontram previstos no Direito Constitucional.

Os Direitos Humanos até a II Guerra Mundial tiveram sempre um *status* bastante indefinido e precário, funcionando mais como um direito de cooperação entre os Estados, não dotado de uma legislação específica de caráter normativo para fazer face às suas exigências e ter a função protetora do cidadão.

Isso quer dizer que muitas normas aplicadas, não tinham um caráter punitivo, quando violadas, simplesmente um caráter de sugestão para que determinado país seguisse aquela recomendação.

Presentemente possuem uma categoria jurídica, havendo assim uma relação do Direito Público entre os cidadãos e as autoridades públicas, com o objetivo principal de destacar os valores humanos fundamentais contra a intromissão de outrem.

Esse direito tem como característica o fato de, se a regra for clara e precisa pode ser aplicada diretamente pelas autoridades internas, não precisando recorrer às outras medidas de foro internacional.

A evolução registada no Direito Internacional moderno vai também no sentido da relevância progressiva de sujeitos não estaduais, designadamente as Organizações

Internacionais Governamentais e alguns sujeitos infra-estaduais, em especial o indivíduo e as Organizações Não Governamentais. Assim, multiplicam-se as Organizações Inter-governamentais, dotadas de caráter legítimo para se fazer recorrer pelo cidadão.

Neste caso, qualquer cidadão poderá recorrer à uma organização que esteja apta à resolução de um caso, pois as mesmas possuem requisitos adicionais e tem como característica um “ato de reconhecimento ou acreditação pela própria Organização Internacional no quadro da qual se institui um dado sistema de Justiça Internacional ou por uma manifestação expressa e autónoma em relação à fonte institutiva do sistema – de vontade por parte dos Estados membros de uma Organização internacional em aceitar tal legitimidade””. (Mesquita, 2010, p.86)

“Com efeito, a evolução do Direito Internacional Público após a Segunda Guerra, no sentido do alargamento do seu âmbito de aplicação e da sua especialização, levou a um desdobramento deste ramo do Direito em tantos sub-ramos quantas as áreas de especialização” (Martins, 2013, p.88) e cada ramo de direito é gerido segundo seus órgãos responsáveis.

Mais, “os Direitos Humanos, estando ligados à qualidade de pessoa humana, têm um caráter objetivo, pelo que não podem ser atribuídos por tratado revogável, a qualquer momento, por qualquer Estado parte”. (Martins, 2013, p.88).

Sendo assim, um Estado não pode abster-se de agir consoante [nota: será mediante???] alguma violação.

E por fim, dentro das características intrínsecas dos Direitos Humanos consiste, segundo alguns pensadores, no fato destes possuírem um pensamento universalista, onde todos os seres humanos são iguais independentemente do contexto em que estejam inseridos, sua cultura e seus valores. Os seus direitos são iguais e o valor da pessoa humana não varia consoante o local onde se está incluída. Para muitos os direitos humanos “transcendem as identidades nacionais, étnicas e religiosas” e os indivíduos têm os direitos humanos “simplesmente em virtude da sua humanidade e independentemente da comunidade ou da nação de que fazem parte”. (Brown & Ainley, 2012, p. 380).

Essa afirmação vai completamente contra o pensamento dos relativistas. Esses acreditam que “algumas, a maior parte ou mesmo todas as regras sobre direitos humanos dependem do contexto cultural” (Martins, 2013, p.94). Essas duas teorias não

se apresentam como absolutas, pois alguns países há algum tempo atrás desconheciam completamente a teoria universalista, mesmo sendo esta a que mais partidários possuem dentro desse contexto dos direitos humanos.

Ou seja, para alguns defensores da teoria relativistas, o Direito Internacional dos Direitos Humanos foi criado e é sustentado com base na ideia Ocidental, universalista. Mas a história claramente diz-nos que esse Direito já foi desejado e desenvolvido de forma precária há muitos anos e consoante os momentos em que os homens desenharam a história, não tinham a consciência normativa que temos nos dias atuais. Nos dias de hoje todos podem gozar desse direito adquirido depois de períodos de grandes desentendimentos nas relações internacionais, entre países, entre cidadãos e Estado, e entre Estados e Estados.

2.3. Estado, soberania estatal e a influência do Direito Internacional dos Direitos Humanos

Para Jean-Jacques Rousseau, a soberania seria o poder absoluto “força universal e compulsiva”, orientado pela vontade geral, que se conferiria ao corpo político, através do pacto social, e que permitiria a imposição de condutas mais convenientes ao todo. Não há sociedade moderna sem que esta tenha uma figura soberana que atenda às necessidades dos grupos existentes das mesmas.

Antigamente não existia a figura do Estado Soberano e a função de líder dava-se de forma intuitiva. Havia pessoas que se destacavam num determinado grupo social e a partir daí esta servia de referência para lutar pelos interesses de todos.

Com a evolução das sociedades e a mudança no cenário social criou-se a preocupação de se reinventar a forma de representação, tendo uma força única para fazer valer seus interesses perante outros povos.

A noção de Estado surgiu do conceito da família doméstica, onde seu chefe de família assumia uma função superior e da grande ligação entre estes e a terra. Podemos dizer que as leis estatais estiveram diretamente ligadas a esse conceito antigo na origem do Estado. As normas eram criadas nas reuniões feitas da família e seu chefe principal. “A autoridade política era pessoal ou baseada em grupos, mais do que necessariamente territorial”. E “A Igreja universal, sob a autoridade do papa, operava por toda a parte e

os seus membros, leigos e clérigos, eram obrigados a negar a autoridade do dirigente secular em diversos domínios fundamentais da política” (Brown & Ainley, 2012, p. 127).

Podemos ver linhas caracterizadoras do Direito Internacional neste molde de sociedade aplicado antigamente, na medida em que as famílias constituíram tribos e posteriormente, cidades, e a máxima que deveria ser empregue e respeitada era a de que as cidades tinham a obrigação de respeitar a independência de religião e civil das tribos. As cidades eram criadas como se fossem Igrejas, não existia a liberdade e vontade individual, havendo uma clara submissão do indivíduo à cidade, todos os poderes estavam concentrados nas mãos do rei e não existiam bens individuais, na medida que tudo pertencia e existia para servir o Estado. A religião era a força precursora da vida na sociedade naquela época.

Após o século XV a.c., o Estado passa a existir para a manutenção da paz, da ordem interna e para cuidar da sua dignidade nas suas relações exteriores. Implementa-se o conceito de soberania contemporânea, que naquela altura não existia com essa expressão. Acerca deste assunto, Aristóteles nos mostra o termo ‘política’ mas não sob a forma de exercício de poder mas com carácter auto-suficiente. “Na política de Aristóteles, a noção ocorre pelo menos três vezes: ‘o governo é por toda a parte soberano no Estado; o Governo é a autoridade suprema nos Estados; num governo constitucional, os guerreiros tem o poder supremo. Contudo, parece que ninguém então considerou os problemas da soberania em direito internacional. Contentavam-se com estabelecer a existência de uma autoridade suprema e interrogavam-se sobre quem melhor se prestava a exercê-la. E isso era tudo, com respeito à soberania”. (Kleffens, 1957, pp.11-159).

Da Idade Antiga à idade Média surgiu a ideia de criação de um pensamento único entre os homens onde neste contexto a cristandade aparecia como foco central. A ordem não era forte e havia grande rivalidade e luta entre a Igreja e o Estado numa sociedade instável. Surgiu então o cristianismo e juntamente com ele chegaram as primeiras ideias de universalidade e algumas tentativas de formular ideias de soberania. A este propósito podemos citar São Tomás de Aquino, que “concebia o Estado, como a autoridade dada por Deus, definindo a “comunidade perfeita” como aquela com plena autoridade, cuja principal missão é assegurar o bem comum, um fim objetivo que não podia ser sujeito a interpretações arbitrárias ou egoístas.

A Idade Moderna chegou e trouxe uma busca na unidade estatal. Destacamos o início do emprego da palavra Estado.

Porém o conceito de Estado soberano se deu com a “Paz de Vestefália”, em 1648, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos e “é frequentemente vista como um ponto de partida conveniente para esta nova ordem, embora isso não deva ser tomado demasiado à letra” (Brown & Ainley, 2012, p. 128), abdicando da hierarquia religiosa.

Considerada por muitos autores como um grande marco originário da diplomacia moderna, a paz de Vestefália continha regras que efetivavam a ideia de Estados soberanos, tais como: a igualdade soberana entre os Estados, a prevalência do princípio territorial sobre o pessoal; o respeito ao limite internacional e a não-intervenção em assuntos internos de outros Estados.

É efetivamente a partir deste término que se dá o início do sistema moderno do Estado-Nação, reconhecendo pela primeira vez na História, a soberania de todos os Estados envolvidos. A partir deste momento, os conflitos seguintes não teriam como razão principal a religião, mas discussões que estavam ligadas ao Estado, o que favoreceu assim a aliança entre protestantes e católicos em alguns conflitos.

Há autores que afirmam que somente a Paz de Vestefália pode ser considerada como marco do início de uma nova ordem, afirmando assim, sobre a ótica bélica: “na verdade Vestefália mudou muito pouco. O novo sistema surgiu por diversas razões. Novas técnicas e tecnologias militares – sobretudo, a profissionalização da infantaria e melhorias nas artes de cerco – promoveram unidades políticas maiores e reduziram a viabilidade defensiva de cidades e castelos”; e sobre a perspectiva económica: “O crescimento económico, não só associado à conquista das Américas das viagens de exploração para Oriente, mas também seu promotor, permitiu igualmente o desenvolvimento de unidades políticas maiores” (Brown & Ainley, 2012, p. 128).

Não podemos dizer que existia uma ordem mundial composta de um governo que defendesse seus interesses. Nesta época ainda não existia uma força universal, havia apenas um “sistema de equilíbrio de poder” (Brown & Ainley, 2012, p. 127).

O poder do Estado-nação se fortalece na Europa no século XIX, juntamente com o sentimento nacionalista.

Chris Brown e Kristen Ainley demonstram que o Estado é pura e simplesmente uma concentração de poder, de força bruta, de poder básico (militar) (Brown & Ainley, 2012, p. 129).

É um ponto de vista militarista que perdurou durante algum tempo da história. Segundo Brown e Ainley, temos ainda uma segunda teoria acerca da ideia do que seria um Estado, “é uma instituição legitimada pelo seu povo, porque o representa, agindo em seu nome, tanto interna como externamente”. (Brown & Ainley, 2012, p. 131).

Na era absolutista o Estado existia para servir os reis, “a ideia de que o Estado tem esta função representativa remete para a teoria do contrato e as ideias do Iluminismo, mas talvez mais especialmente para a ênfase pós-iluminista na <comunidade> e na <nação>” (Chris Brown e Kristen Ainley, 2012, p.131).

Passando o século XX, decorrente de movimentos como fascismo e o comunismo, surgem os pensamentos de culto da nação em torno do Estado, não dando prioridade à individualidade de cada cidadão. Estávamos num cenário bipolarizado, com a Guerra Fria a decorrer. De um lado os Estados Unidos a defender o capitalismo, do outro a União Soviética a defender o comunismo.

Com o surgimento do fenómeno da globalização, ou seja, o envolvimento de nações com o objetivo de trilhar o caminho do capitalismo, de interesses privados e a criação de instituições não-governamentais a fazerem a ponte entre cidadãos e interesses a conquistar. Verificamos que o Estado vai perdendo a força soberana do Estado Moderno, o que tinha antigamente e as normas passam a ser regidas cada vez mais de igual forma e a confiança integral depositada pelos indivíduos. Os capitais privados, que impulsionam a economia retiram grande parte do poder soberano estatal. E o cidadão deixa de crer que sua defesa e segurança provêm apenas do Estado e passa a querer se auto-proteger com as novas regras do mercado.

Houve uma diminuição da soberania do Estado e uma sujeição do mesmo à nova ordem mundial.

O que podemos assegurar é que a soberania do Estado possui, no seu carácter interno, o intuito de manter a ordem social, e um carácter externo, no sentido de manter uma certa igualdade formal dos Estados que reconhecem como soberanos outros Estados.

“A sociedade retirou o poder absoluto dos chefes de governo e ‘os Estados reconhecem cada vez mais superiores legítimos, reduzindo assim a sua soberania jurídica, a além disso as capacidades de muitos, se não de todos os Estados, são limitadas pelos processos de globalização”. (Brown & Ainley, 2012, p. 373).

Alguns autores acreditam que os Estados tiveram que se sujeitar ao novo modelo apresentado pelo capitalismo, que acabou por se propagar na maior parte dos países, depois da Guerra Fria. Outros autores defendem que não houve sujeição por parte do Estado, que este apenas abraçou este novo modelo de forma voluntária. A criação de organizações internacionais e tribunais internacionais também fizeram com que O Estado modificasse sua imagem e ações perante uma sociedade cada vez mais internacional, depois de 1945, com o fim da segunda guerra mundial.

Se verificarmos a história, podemos ver que o Estado sempre buscou a segurança, através de alianças e acordos, mas sem lesar sua soberania por consequência do princípio da supremacia da ordem internacional.

O Direito internacional foi catalisador de grandes mudanças a nível jurídico e político perante os Estados. Podemos reconhecer que os direitos do homem são mencionados em todas as constituições dos países, desde o século XIX e primeiras décadas do século XX. Porém, a partir daí, surgiram vários dispositivos com a componente jurídica que fizeram os direitos humanos assumirem papel cada vez mais relevante no plano internacional.

A criação do Tribunal de Haia, foi uma aposta internacional dos países para julgar Estados. O Tribunal de Haia é um órgão judicial das Nações Unidas, de 1946, com sede em Haia, criado com competências que “abrange todas as questões que as partes lhe submetam, bem como todos os assuntos especialmente previstos na carta das Nações Unidas ou em tratados e convenções em vigor”, conforme o disposto no art.º 36.º, n.º 1, do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça. Neste artigo encontram-se as suas competências.

Os tribunais passam a agir com algum poder, porém sem se sobrepor ao poder de jurisdição estatal. Há dois princípios que regem a relação dos tribunais com a justiça dos Estados: o princípio da complementaridade (o tribunal só intervém quando o Estado não contém na sua esfera jurídica legislação adequada a determinado crime praticado ou quando o Estado não deseja julgar o crime) e o princípio da cooperação.

Os Estados-Membros passam a ter a obrigação de cooperar totalmente com os tribunais sobre os crimes que estejam sob a jurisdição destes.

Salientando o fato de, embora tenha havido uma evolução dos direitos, tanto penal quanto internacional, estes não reduziram o poder do Estado no seu âmbito interno, pois, como já foi mencionado, existe o princípio da complementaridade, o que significa

dizer que o órgão supremo do tribunal, a corte, só irá atuar nas Relações Internacionais se o Estado se mantiver omissa a um caso. Porque a primazia no julgamento dos crimes é do próprio Estado. Por isso este não perde sua autoridade, apenas passa a reger-se por novas regras e normas internacionais.

III. Proteção Internacional dos Direitos Humanos

3.1. Organizações Internacionais

“Organização Internacional designa uma organização intergovernamental” (art.º 1.º da Convenção de Viena).

Para Sereno, define-se como Organização Internacional “ uma associação voluntária de sujeitos do Direito Internacional, constituída mediante tratado internacional e regulada nas relações entre as partes por normas de Direito Internacional, e que se concretiza numa entidade de carácter estável, dotada de um ordenamento jurídico interno próprio, e de órgãos próprios, através dos quais prossegue fins comuns aos membros da Organização, mediante a realização de certas funções e o exercício dos poderes necessários que lhe tenham sido conferidos” (Quadros, 2002, p.412), ou ainda, ‘associações voluntárias de sujeitos de direito internacional (quase sempre Estados), constituída mediante ato internacional (geralmente um tratado), de carácter relativamente permanente, dotada de regulamento e órgãos de direcção próprios, cuja finalidade é atingir os objetivos políticos, económicos, sociais, culturais, bélicos dentre outros objetivos comuns determinados por seus membros constituintes’ (Página das Relações Internacionais do Brasil, <http://relinter.webs.com/>, consultada em 15/03/2014).

As Organizações Internacionais são formadas por Estados e estes passaram a reger-se, de certa forma, pelas regras de convivência ditadas pelas novas regras internacionais que estão firmadas nas relações entre Estados soberanos, baseadas em três elementos: *“that, with few expectations, only sovereign states are the subjects of international law, that sovereign states are equal in their standing in international law; that sovereign states are institutionally self-contained and international law cannot interfere with the domestic jurisdiction of their governments. this doctrine has important consequences*

for international organizations” (Archer, 2001, p. 36). [nota: se traduziu todas as outras citações, também deve traduzir esta] “São sujeitos do Direito Internacional”. (Escaraméia, 2009, p.279). Os Estados soberanos têm o objetivo de cooperar uns com os outros em determinadas matérias e têm de estar dispostos a cumprirem o que vem estabelecido no tratado assinado pelos mesmos.

As Organizações Internacionais, ‘uma vez constituídas, adquirem personalidade internacional independente de seus membros constituintes, podendo, portanto, adquirir direitos e contrair obrigações em seu nome e por sua conta, inclusive por intermédio da celebração de tratados com outras organizações internacionais e com Estados, nos termos do seu ato constitutivo.’ (Página das Relações Internacionais do Brasil Página das Relações Internacionais do Brasil, <http://relinter.webs.com/>, consultada em 15/03/2014).

A convenção que os países assinam para firmar acordos “é um documento que representa “ratificação, aceitação, aprovação e adesão e designam, conforme o caso, o ato internacional pelo qual um Estado manifesta, no plano internacional, o seu consentimento em ficar vinculado por um tratado” (art.º 2.º, al. b da Convenção de Viena).

A criação de organizações internacionais, dos tribunais internacionais, dos tratados e outros documentos que descrevem o comprometimento dos Estados, fez alterar radicalmente as consequências de crimes e violações que antes passavam despercebidas e impunes. O objetivo principal, depois da Segunda Guerra, foi a implementação de condutas legais, padronizadas e internacionais na busca da segurança jurídica internacional. “A ênfase aqui não é em indivíduos particulares, mas na nova preocupação com o bem-estar e os direitos individuais”. (Brown & Ainley, 2012, p.374).

Essa ideia de fundo, de pôr o indivíduo numa posição de luta pelos seus direitos e da expansão da cooperação entre Estados, ou seja, da maximização das relações internacionais que se verificou com a criação das organizações internacionais, sempre esteve de alguma forma ligada ao direito internacional. Podemos mesmo afirmar que desde a Primeira Grande Guerra Mundial, com a ideia de cooperação entre os Estados e o intuito de preservar a paz e segurança entre os mesmos, as relações internacionais ganharam força, bem como o direito internacional, regulador dessas relações. Por isso, a criação de organizações internacionais passou a crescer de forma acelerada no Pós-

Segunda Guerra Mundial. Antes desse período havia um “sistema de conferências internacionais, convocadas para a adoção e conclusão de tratados e outros acordos internacionais (Queiroz, 2013, p. 44). “De episódicas, as conferências passam a periódicas e, de seguida, através da instituição de um secretariado, acabam por adquirir uma certa permanência”. (Queiroz, 2013, p. 44).

As organizações internacionais podem ser divididas em: organização inter-governamental e organização não- governamental. O que difere esses dois tipos é que a organização inter-governamental é composta por Estados soberanos que, munidos de personalidade jurídica internacional “formam um acordo multilateral, por convenção, para dar origem a uma organização internacional” internacionais (Queiroz, 2013, p. 46).

A organização não-governamental é uma entidade sem fins lucrativos e fins estabelecidos num estatuto, que é criada com o objetivo de apoiar determinada matéria, não ganhando personalidade jurídica, porém formadas por indivíduos que são sujeitos de personalidade jurídica. Segundo o Conselho Económico das Nações Unidas uma ONG “é toda a organização internacional que não tenha a sua origem em acordos inter-governamentais” (Cfr. Resolução n.º 288 (X), 27 de fevereiro de 1950).

Dentro do domínio das Organizações Inter-governamentais há sub-divisões: as de carácter global (com objetivos específicos ou gerais) e as de carácter regional (com objetivos gerais) [nota: não será o contrário? As de carácter geral deviam ter objetivos só gerais. Mas não tenho a certeza pois não percebo muito desta área].

Esta dissertação refere-se a uma Organização Internacional Inter-governamental, portanto o enfoque será dado apenas neste tipo de organização.

As Organizações Inter-governamentais apresentam-se com características independentes dos Estados que assinam os tratados, sendo de carácter permanente e ‘dessa permanência resulta a sua autonomia em relação aos Estados membros’ (Quadros, 1997, p. 413), com métodos de aplicação das suas normas que são independentes do funcionamento interno dos mesmos. Não há um único e exclusivo Estado que possa tomar uma decisão dentro da Organização sem que reúna a decisão de todos os que ratificaram o tratado.

Dentro de uma organização internacional inter-governamental um Estado membro não atua juridicamente nos mesmos moldes do nível interno do país, onde é titular de poder e autonomia, por isso há algumas diferenças do sistema dos governos nacionais.

Em termos de legislação, as Organizações Internacionais Inter-governamentais não emitem leis, mas sim resoluções. Como sabemos, as resoluções não vinculam legalmente um Estado. Ele não está obrigado a fazer. Esta é uma das razões porque as relações das organizações internacionais diferem da conjuntura interna dos países em sua estrutura e poder. Por exemplo, o secretário – geral de uma Organização Internacional não possui os poderes que são entregues a um chefe de Estado. O sistema de funcionamento do direito nacional e do direito internacional atua de maneira diferente, por esta razão não podemos comparar seus métodos de funcionamento, sua estrutura, seus poderes e sua aplicação.

As Organizações Inter-governamentais têm como competências materiais: solução de conflitos interestaduais; competência financeira; competência legislativa ou regulamentar e competência de gestão (Quadros, 1997, p. 441) e “uma Organizações Inter-governamental têm ou não personalidade, haverá que recorrer ao seu ato de constituição e examinar se dele decorrem direitos e obrigações próprios e se a Organização é susceptível de produzir manifestações de vontade que lhe sejam juridicamente imputáveis, e não aos Estados membro” (Quadros, 1997, p. 431).

Na Organização Internacional as limitações à soberania dos Estados não se presumem, ou seja, não há extensão ilimitada dos poderes, como nas organizações supranacionais. Com o passar dos anos nota-se que há “uma maior internacionalização de assuntos que até há pouco eram internos e, correspondentemente, uma maior limitação do âmbito do domínio reservado” (Quadros, 1997, p. 440). A Organização Internacional não pode interferir na jurisdição nacional, sendo esta última soberana, por isso, não há sobreposição das normas internacionais às nacionais.

Para aderir a uma organização e assinar seu ato constitutivo os Estados não podem ser obrigados a fazê-lo. E a sua assinatura posterior adesão à sua criação, numa organização regional, só pode ser aceite “de Estados do respectivo espaço” (Quadros, 1997, p. 433), preenchendo alguns requisitos, nomeadamente a aceitação por unanimidade dos Estados envolvidos e a vontade do Estado em cumprir com as regras instaladas pelo tratado.

Acerca da personalidade internacional das Organizações Internacionais, com base no Direito Consuetudinário, podemos concluir que a doutrina expõe hoje que “nenhum terceiro Estado pode contestar a personalidade internacional de uma Organização

Internacional constituída conforme os princípios do Direito Internacional e para um fim legítimo” (Quadros, 1997, p. 432)

O não cumprimento por parte de um dos Estados das normas consagradas num tratado é susceptível da expulsão deste, mesmo que não se encontre previsto no tratado esta ação. Portanto a sua permanência “requer também o continuado respeito pelas obrigações contraídas no seio desta” (Quadros, 1997, p. 434).

Um Estado, a partir do momento que assina um tratado, obriga-se a cumprir normas estabelecidas dentro deste universo, estando assim vinculado aos trâmites legais estabelecidos no documento.

A Organização Internacional Inter-governamental ainda amplia seus géneros. Pode abranger apenas determinada área geográfica, um núcleo de países que se tornam aptos para, caso seja necessário, estarem expostos a uma influência externa diante da sua jurisdição. Refiro as Organizações Internacionais Inter-governamentais Regionais.

No meu caso concreto, como estou a estudar a realidade das organizações em território brasileiro, convém ressaltar o seu envolvimento em organizações de carácter internacional, como por exemplo a ONU, devido ao fato desta ser a Organização Internacional Governamental de maior amplitude e importância no âmbito das relações internacionais.

O Brasil envolvendo-se na “promoção da paz e da segurança internacional, assim como a na oposição à corrida armamentista e à proliferação das armas de destruição em massa” (Brigagão, Revista Relações Internacionais, p. 85 [nota: falta nº da revista]), tornou-se um país muito mais voltado à sua política externa e “aderiu a todos os mecanismos e regimes internacionais e regionais” (Brigagão, p. 85 [nota: falta nº da revista]) tomando como responsabilidade problemas que ocorriam no cenário mundial. Essa adesão deu-se, para Brigagão, por alguns fatores, tais como: poder e liderança regional; peso relativo, mas com significativo destaque, na arena internacional; política externa mais transparente e democrática, além de ser mais representativa da própria sociedade, ao mesmo tempo que o Congresso participa e decide mais sobre os destinos do país. Ou seja, as adesões aconteceram por uma evolução do próprio país no sentido estratégico da sua política externa. O país não podia mais viver centrado apenas em suas questões internas, até porque toda a sociedade evoluiu num sentido único e semelhante com a globalização. Sua história passou a ser focada também no “desenvolvimento de questões de defesa e segurança regional e a busca pela resolução

de conflitos” (Clóvis Brigagão, Revista Relações Internacionais, p. 87 [nota: falta nº da revista]), passando a dar prioridade ao diálogo com países vizinhos e a estreitar relações internacionais, fazendo parte de alianças importantes, como a ONU, aqui já mencionada, e a Organização dos Estados Americanos.

Como vimos, a ONU é a entidade que coordena a nível mundial o processo de afirmação e aplicação dos Direitos Humanos e, paralelamente ao seu surgimento, surgiram também outras entidades similares no âmbito dos continentes: primeiramente no continente Europeu, depois nas Américas, depois no continente Africano. Os Estados, embora assumam papel importante na ratificação dos tratados, não são intervenientes diretos de uma ONG.

3.2. Organização dos Estados Americanos

3.2.1. Origem

A organização objeto do meu estudo, a OEA, é uma Organização Internacional Inter-governamental Regional, com objetivos gerais, formada por países da América Latina, ou seja, uma determinada região.

A Organização dos Estados Americanos - OEA, foi fundada em 1948 com a assinatura, em Bogotá (Colômbia), da sua Carta, que entrou em vigor em Dezembro de 1951, com um estrutura diferente de todas que já tinham sido apresentadas com um caráter preciso. Posteriormente, a Carta foi emendada pelo Protocolo de Buenos Aires, assinado em 1967, e que entrou em vigor em fevereiro de 1970; pelo Protocolo de Cartagena das Índias, assinado em 1985, e que entrou em vigor em 1988; pelo Protocolo de Manágua, assinado em 1993, e que entrou em vigor em janeiro de 1996; e pelo Protocolo de Washington, assinado em 1992, e que entrou em vigor em setembro de 1997.

Hoje, a OEA congrega os 35 Estados Independentes das Américas e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério. Além disso, a Organização concedeu o estatuto de observador permanente a 67 Estados e à União Europeia (EU). (Página oficial da OEA, <http://www.oas.org/pt/> , consultada em 02/02/2014).

Para atingir seus objetivos mais importantes, a OEA baseia-se em seus principais

pilares que são a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento e “a ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade. Soberania e independência dos Estados e pelo cumprimento fiel das obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional.” (art.º 3.º, al. b da Carta da OEA).

Esta organização “é o produto de uma evolução lenta mas persistente, que, iniciada em 1890, termina na referida IX Conferência dos Estados Americanos, em Bogotá, em 1948.” (Quadros, 1997, p.636).

Neste período “a América Latina oferecia um terreno privilegiado para a construção de Organizações Internacionais, em resultado da fragmentação excessiva dos Estados constituídos após a descolonização, verificado em princípios do século XIX” (Quadros, 1997, p.635).

Primeiramente foi assinado um tratado chamado União da Liga de Confederação, sem realização prática, em 1824, no Congresso do Panamá. Posteriormente com a doutrina de Monroe, no século XIX, acompanhada pelo interesse americano em criar e controlar uma Organização de Estados Americanos numa maior escala que foi rejeitada pela maioria dos países, visto que interpretaram como uma forma de controle dos Estados Unidos perante os demais países. Seguiu-se a Conferência Pan Americana, em 1890, e em 1928 deu seguimento à Conferência de Havana. Nenhum destes acordos seguiu em frente. Depois de 1933 com a Conferência de Montevideo, de 1945 com a Reunião Pan. Americana do Rio de Janeiro, é finalmente assinado o Pacto de Bogotá.

A Organização dos Estados Americanos não foi criada com o propósito prioritário de selar a paz no continente, ou para pôr fim a algum conflito armado. A sua instauração foi o ápice da evolução de um processo pacífico de relações entre países do continente, que já durava mais de meio século e que contava inclusive com princípios escritos, foi portanto o amadurecimento de constantes reuniões para estabelecer relações entre os Estados- membros e foi segundo Quadros, “o mais antigo movimento regionalista à escala do Globo” (Quadros, 1997, p.635).

A OEA deu origem a documentos de extrema importância na sociedade desta regional. Um dos documentos criado a partir desta organização foi o Pacto de San José da Costa Rica e possui um carácter autónomo do sistema da OEA. Esse tratado internacional entrou em vigor em 1978 e foi um dos mais importantes documentos na luta pela defesa dos direitos humanos na América. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a

Organização dos Estados Americanos foram dois dos inúmeros instrumentos internacionais criados com o mesmo fim: o de proteger a lacuna que estava vazia naquela altura, muito mais que em outras, e por isso era urgente não apenas pensar em meios de proteção e discussão sobre essa temática, mas também pôr em prática novas ideias para o auxílio dos direitos do homem.

A OEA possui como órgãos principais instituídos pela Carta de Bogotá: a Assembleia Geral (órgão plenário); o Conselho Permanente (órgão executivo); o Conselho Inter-americano para Desenvolvimento Integral; a Comissão Inter-americana dos Direitos Homem e a Secretaria-Geral (Queiroz, 2013, p. 221). A CIDH foi criada pela Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San Jose da Costa Rica, para salvaguardar direitos políticos e civis da América. Foi ratificada por 25 países-membros da OEA. Esta Convenção Interamericana de Direitos Humanos estabelece em seu documento oficial os meios de proteção dos direitos mencionados. Estes são órgãos competentes dotados de substância e competência jurídica para avaliar nas matérias que lhe são entregues e no sentido de verificar o cumprimento das normas estipuladas na Convenção. São eles: a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Juntos formam o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (SIPDH). Porém ainda existem Estados que não ratificaram a Convenção, “pelo que o sistema de proteção dos direitos humanos no continente americano é um sistema de geometria variável, no sentido em que alguns Estados estão vinculados à Convenção e ao sistema de controlo nela previsto” (Martins, 2013, p.295).

É válido salientar o fato de que esses dois órgãos instituídos, com funções complementares, têm papéis diferenciados e estão sediados em países diferentes, sendo que a Corte têm sua sede em Washington, nos Estados Unidos, e a Comissão está sediada em San Jose, na Costa Rica.

De acordo com o disposto no art.º 53º da Carta da Organização dos Estados Americanos, a organização realiza os seus fins por intermédio de uma Assembleia Geral; da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; dos Conselhos; da Comissão Jurídica Interamericana e da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos.

3.2.2. Objetivos e estrutura da OEA

Quanto ao objeto esta é uma organização regional, que possui objetivos gerais, suas finalidades respeitam a várias áreas de atuação. Não atuando apenas em um fim específico, a OEA defende interesses de meios para o desenvolvimento económico, social e cultural dos seus membros.

Segundo nos diz o artigo 2.º da Carta dos Estados Americanos, o seu propósito será cumprir com suas obrigações regionais, que engloba a proteção a nível da paz e segurança; politicamente, acerca da democracia representativa; na luta contra a violação dos direitos humanos, organizando ações solidárias em caso de agressão; resolvendo conflitos económicos e jurídicos entre Estados; combatendo a pobreza, dentre outros fins, ou ainda *“clearly, some organizations will fulfil limited roles and functions while others may cover a wide range”* (ARCHER, 2001, p.65)

A estrutura dos seus órgãos principais é composta da seguinte forma:

- Assembleia Geral, sendo este o órgão com maior poder dentro da OEA. Seus poderes estão atribuídos na Carta da OEA, como também na decisão de ações e políticas gerais; no estabelecimento de normas gerais relativas a atividades da Organização; na procura da conservação e melhoria da colaboração com a ONU; na criação de parcerias com outras organizações internacionais que prossigam fins comuns com a OEA; na aceitação de orçamento da OEA; e na aprovação de regulamentos, entre outras funções;
- Reunião de consulta dos ministros das relações exteriores (RMRE): esta reunião é concretizada com assuntos de carácter urgente e também é conhecido como um órgão de consulta da OEA;
- Conselho permanente da organização: este trata de assuntos ligados diretamente à Assembleia Geral. Suas atribuições são conhecidas a partir da Carta da OEA;
- Comissão jurídica interamericana é um dos órgãos mediante os quais a OEA realiza seus fins (artigo 53 da Carta). “Serve de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos; promove o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional; e analisa os problemas jurídicos referentes à integração dos países com vistas ao desenvolvimento do Hemisfério”. (Página oficial da OEA, <http://www.oas.org/pt/> consultada em 28/03/2014)

- Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH): órgão de consulta da Organização e é uma entidade da OEA que tem como finalidade a proteção dos direitos humanos na região das Américas;
- Secretaria geral: “A Secretaria Geral é o órgão central e permanente da Organização dos Estados Americanos. Exercerá as funções que lhe atribuíam a Carta, outros tratados e acordos interamericanos e a Assembléia Geral, e cumprirá os encargos de que for incumbida pela Assembléia Geral, pela Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e pelos Conselhos”. (Página oficial da OEA, <http://www.oas.org/pt/>, consultada em 28/03/2014);
- Conferências Especializadas, que são efectivadas por determinação da Assembléia Geral ou reunião de consultas dos ministros. Essas conferências abordam temas de foro técnico e específico no progresso da cooperação interamericana;
- Organismos especializados: “O Capítulo XVIII da Carta da OEA define os organismos especializados como organismos intergovernamentais estabelecidos por acordos multilaterais, que tenham determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados americanos. Gozam de ampla autonomia técnica no âmbito das recomendações da Assembléia Geral e dos Conselhos.” (Página oficial da OEA, <http://www.oas.org/pt/>, consultada em 28/03/2014).

Os quatro pilares da Organização são a “democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento”. Há uma co-relação desses temas no desenvolvimento do trabalho efetuado pela OEA. Todos estão envolvidos e interligados na máxima da Organização., por esta ser de caráter geral, abordando vários temas e problemáticas contidas na sociedade internacional.

Utiliza-se sempre o “diálogo político, a inclusividade, a cooperação, os instrumentos jurídicos e os mecanismos de acompanhamento”, para uma melhor otimização do trabalho executado pelos órgãos que fazem parte da OEA. Cada órgão é envolvido em determinadas matérias que lhes são confiadas, e estes são capazes de decidir dos assuntos que lhes são entregues com a máxima eficácia, respeitando obviamente as normas impostas pela Carta da OEA.

3.3. Comissão Interamericana de Direitos Humanos – Competência, requisitos de admissibilidade e trâmite do procedimento

A comissão é um órgão de proteção dos Direitos Humanos que possui características executivas e que integra a estrutura da Organização dos Estados Americanos, a OEA. Criada em 1959, entrou em vigor em 1960, está sediada em Washington, nos Estados Unidos e é constituída por sete membros, propostos pelos Estados eleitos, a título pessoal, pela Secretaria -Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Comissão representa 35 Estados membros da OEA.

Foi criada no sentido de, juntamente com a Corte, servir de suporte para o cumprimento, por parte dos Estados-membros das normas consagradas na Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

É composta por sete membros que, obrigatoriamente, são profissionais de alto gabarito profissional, ou que sempre deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos (art. 34º, dec. N.º678, de 6/11/92). E não pode fazer parte da Comissão mais de um nacional de um mesmo país (art. 37º, do dec. N.º 678, 6/11/92).

Sua função principal é atender pedidos de pessoas ou grupos que argumentam violações aos direitos humanos, cometidas em países membros da OEA, ou, em outras palavras, promover o cumprimento e a proteção dos direitos humanos na América.

É neste sentido, o primeiro órgão efetivo de proteção dos direitos humanos, cuja habilitação alcança todos os Estados –Membros da Convenção Americana.

Vale salientar que os direitos que se encontram protegidos estão claramente enumerados em dois documentos: a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, de 1948, e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969.

A Comissão também tem a função de supervisionar se há violação dos Direitos Humanos por parte dos Estados que ratificaram a Convenção, preparar sessões de esclarecimento sobre o tema, e desenvolver ações com o propósito relacionado com a violação e os direitos humanos. Por isso podemos afirmar categoricamente que a Comissão tem um caráter consultivo e esclarecedor da Convenção.

É importante salientar que mesmo os países que não ratificaram a Convenção estão sujeitos à sua supervisão e penalização no plano internacional.

Suas funções são as seguintes:

- a) Receber, analisar e investigar petições individuais que alegam violações dos direitos humanos, segundo o disposto nos artigos 44.º a 51.º da Convenção;

- b) Observar o cumprimento geral dos direitos humanos nos Estados-membros, e quando o considera conveniente, publicar as informações especiais sobre a situação em um estado específico;
- c) Realizar visitas in loco aos países para aprofundar a observação geral da situação, e/ou para investigar uma situação particular. Geralmente, essas visitas resultam na preparação de um relatório respectivo, que é publicado e enviado à Assembleia Geral;
- d) Estimular a consciência dos direitos humanos nos países da América. Além disso, realizar e publicar estudos sobre temas específicos como, por exemplo, sobre: medidas para assegurar maior independência do poder judiciário; atividades de grupos armados irregulares; a situação dos direitos humanos dos menores, das mulheres e dos povos indígenas;
- e) Realizar e participar de conferências e reuniões com diversos tipos de representantes de governo, universitários, organizações não governamentais para difundir e analisar temas relacionados com o sistema interamericano de direitos humanos;
- f) Fazer recomendações aos Estados membros da OEA acerca da adoção de medidas para contribuir com a promoção e garantia dos direitos humanos;
- g) Requerer aos Estados membros que adotem “medidas cautelares” específicas para evitar danos graves e irreparáveis aos direitos humanos em casos urgentes. Pode também solicitar que a Corte Interamericana requeira “medidas provisionais” dos Governos em casos urgentes de grave perigo às pessoas, ainda que o caso não tenha sido submetido à Corte;
- h) Remeter os casos à jurisdição da Corte Interamericana e atuar frente à Corte em determinados litígios;
- i) Solicitar “Opiniões Consultivas” à Corte Interamericana sobre aspectos de interpretação da Convenção Americana. (Página oficial da OEA, <http://www.cidh.org/comissao.htm>, 23/02/2014).

As funções da Comissão encontram-se estabelecidas no artigo 41.º da Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

A Comissão atua assim na divulgação e dinamização de atividades e informações com o objetivo de informar todos os cidadãos os seus direitos consagrados nos documentos

oficiais de proteção dos direitos humanos do sistema Americano. Possui também a responsabilidade de preparar relatórios anuais a respeito dos direitos humanos, periodicamente, submetidos à Assembleia da OEA.

Neste sentido, a Comissão faz o seu relato, constatando uma situação irregular em algum país e dando seu parecer, no sentido de originar naquele Estado a mudança de algum procedimento ou forma de ação perante um caso em concreto, com o objetivo central de fomentar neste país o cumprimento dos direitos humanos. Como exemplo, posso citar o Relatório sobre Segurança Cidadã e direitos humanos, elaborado a 31 de Dezembro de 2009. No texto, os direitos que são resguardados no âmbito da política pública e de segurança cidadã são: o direito à vida, direito à integridade, direito à liberdade e à segurança pessoal, direito às garantias processuais e à proteção judicial, direito à privacidade e à proteção da honra e da dignidade, o direito à liberdade de expressão, a liberdade de reunião e associação, direito de participar nos assuntos de interesse público e o direito à propriedade privada.

A Comissão, neste documento, assume seu papel de órgão examinador, pois “também examina as obrigações internacionais dos Estados Membros em matéria de prevenção e combate à criminalidade, e de desenho, implementação e avaliação de políticas sobre segurança cidadã à luz do direito internacional dos direitos humanos e dos princípios de participação, prestação de contas, e não-discriminação” e formulador de recomendações, que “em seu relatório, a CIDH formula uma série de recomendações, entre as quais se destaca o chamado aos Estados Membros para assumir o cumprimento de suas obrigações internacionais de proteção e garantia dos direitos humanos relativas à segurança”, neste caso em concreto, para os Estados que violam de certa forma os direitos humanos. Assim faz a recomendação das medidas a adotar para um funcionamento adequado a fim de garantir “os parâmetros especiais de proteção requeridos por aquelas pessoas, ou grupos de pessoas, em especial situação de vulnerabilidade frente à criminalidade” e com vista a “adoção de medidas administrativas, legislativas ou de outra índole, a fim de que as instituições do Estado ofereçam atenção de maneira adequada às vítimas da criminalidade; e implementem medidas de prevenção, dissuasão e repressão legítima de condutas violentas e delitivas, no marco do respeito e da garantia dos direitos humanos relacionados à segurança cidadã”, como foi o foco especial na elaboração deste relatório.

A ideia e objetivo da Comissão é, através do estudo e verificação da situação, criar obrigações estatais com o cumprimento das normas estabelecidas na Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

A título de exemplo podemos salientar um concurso feito anualmente pela American University, Washington College of Law – Inter American – Human Rights – Moot Court Competition, onde são simulados casos, entre estudantes, que podem estar na ordem do dia e estes são argumentados e julgados por um júri de alta qualificação, utilizando sempre o sistema legal interamericano.

Relativamente aos requisitos de admissibilidade e trâmite do procedimento, o acesso à Comissão dar-se-á por petição. E quem pode peticionar à Comissão são os Estados, qualquer pessoa, grupos de pessoas e entidades não-governamentais reconhecidas em território de um ou mais Estados que pertençam à organização dos Estados Americanos. Um Estado apenas se submeterá à Comissão se previamente manifestou o seu interesse e consentimento, concordando com a submissão, na hipótese de transgressão de Direitos Humanos.

Não é apenas a assinatura do Pacto de San José da Costa Rica e a sua ratificação que confere ao Estado a sua submissão à Comissão. É necessário por meio de um protocolo facultativo, ou ainda por convenção especial, que o Estado concorde em se submeter à Comissão. Apesar disso o parecer consultivo não vincula o Estado. Ele poderá segui-lo ou não. Contanto se o parecer consultivo não for seguido, certamente a Comissão submeterá o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que então irá julgar.

Primeiramente, e antes de explicar o percurso que um caso deve tomar para chegar à sua resolução, temos de definir quem pode peticionar à Comissão.

Uma das características relevantes da Comissão é o fato de que qualquer pessoa pode peticionar diretamente a esta: pessoas, organizações não-governamentais, dentre outros. A petição para terceiros que estão impedidos de o fazer também se considera válida.

A Comissão recebe uma denúncia de violação dos direitos humanos por parte de “qualquer pessoa, ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização...” (art.º 44.º da Convenção Interamericana). Portanto a petição é encaminhada à Comissão. Ao receber essa denúncia a Comissão verifica se estão presentes os requisitos essenciais de admissibilidade, que são: o esgotamento dos recursos internos do Estado (art.º 46.º, al.

a)); isso porque a Comissão não pode sobrepor a força jurídica e soberania dos Estados em matéria de cuidado com os processos; que este não esteja a tramitar em outro órgão com competência para julgar a matéria (art.º 46.º, al. c)), e finalmente ter havido de fato uma violação por parte do Estado. Estes são os requisitos necessários para que a petição ou comunicação de uma violação dos direitos estabelecidos seja admitida pela Comissão. Estes requisitos encontram-se clarificados nas alíneas do n.º 1 e 2, art. 46º. Depois de a Comissão receber a petição e verificar se estão todos os requisitos preenchidos, o estado é intimado a prestar informações. E a Comissão promove a verificação da veracidade das informações.

Não será imprescindível cumprir o requisito do esgotamento das proteções internas se a vítima teve recusado o acesso aos mesmos, se foi bloqueada de informação ou se as leis locais não garantem o devido acesso aos procedimentos legais de proteção dos direitos. Ao analisar se o caso obedece a essas exigências, a petição é encaminhada ao Estado que em princípio se apresenta no caso como violador de um direito para que este se manifeste sobre a admissibilidade da denúncia efetuada. O procedimento de aceitação do caso à Comissão se encontra disposto no artigo 48.º, n.º 1, al. a), da Convenção.

Após esse passo a Comissão chamará as partes para que as mesmas apresentem observações adicionais para um melhor entendimento do processo em questão e posteriormente haver uma decisão por parte da Comissão ou sua aceitação ou não aceitação.

Há uma iniciativa por parte da Comissão de que as partes negoceiem o caso. A Comissão tenta buscar uma solução amistosa entre as partes. Caso a situação não fique decidida e efetivamente haja uma violação de um direito humano, a Comissão deverá elaborar um relatório preliminar de recomendação ao Estado.

O Estado violador terá um prazo de três meses para se manifestar e para cumprir com as recomendações da Comissão. Caso isso não aconteça receberá um segundo aviso.

Se mesmo assim não cumprir com o solicitado o caso vai ser entregue à Corte Interamericana de Direitos Humanos e as recomendações poderão ser publicadas no relatório anual da Comissão Interamericana.

No caso de haver solução amistosa entre as partes envolvidas no processo, “a Comissão redigirá um relatório que será encaminhado ao peticionário e aos Estados-partes nesta Convenção e posteriormente transmitido, para sua publicação, ao Secretário- Geral da

Organização dos Estados Americanos. O referido relatório conterá uma breve exposição dos fatos e da solução alcançada. Se qualquer das partes no caso o solicitar, ser-lhe-á proporcionada a mais ampla informação possível”.

Caso não chegue a uma solução amistosa, podemos encontrar o procedimento no art. 50.º da Convenção.

3.4. Corte Interamericana de Direitos Humanos – Competência, requisitos de admissibilidade e trâmite do procedimento

Na sequência da criação da OEA, em 1948, foi criada a Convenção Americana de Direitos Humanos, surgindo assim a ideia da Corte Interamericana de Direitos Humanos por meio do Pacto de San José da Costa Rica de 1969.

A Corte compor-se-á de sete juízes, nacionais dos estados-membros da Organização, eleitos a título pessoal de entre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos. (art.º 52.º, n.º 1 da Convenção). Os candidatos são propostos pelos Estados-partes (art.º 53.º, n.º 1).

Os mandatos durarão seis anos, porém o mandato de três dos seis juízes eleitos findará em três anos, sendo estes substituídos (art.º 53.º, n.º 2).

Diferentemente da Comissão, onde as pessoas são escolhidas por Estados-membros da OEA, para a escolha dos juízes na Corte é obrigatório que sejam os Estados que subscreveram a Convenção que o façam.

“A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição autónoma cujo objetivo é a aplicação e a interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte exerce suas funções em conformidade com as disposições da citada Convenção e deste Estatuto”. (art.º 1 do Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos -1979; Fonte: Jornal Folha de São Paulo), afirmou o presidente Diego García Sayán, do Peru.

No âmbito ainda das competências e atribuições deste órgão maior da Convenção podemos dizer que, a Corte Interamericana possui duas funções de natureza consultiva; a primeira relativa à interpretação das disposições da Convenção Americana e das

disposições de tratados referentes à proteção dos direitos humanos nos Estados Americanos; a segunda função é de caráter jurisdicional, relativa à resolução de controvérsias que apresentam-se acerca da interpretação ou emprego da própria Convenção.

Conforme o artigo 1.º do Estatuto da Corte, as suas atribuições constam de dois documentos: Carta da OEA e Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

A Corte é um órgão criado a partir da Convenção Interamericana com competência para decidir qualquer caso previsto onde possa estar inserido na Convenção Interamericana de Direitos Humanos e caso os Estados o reconheçam. É portanto um órgão autônomo. Em alguns casos a Corte apresenta um caráter consultivo e contencioso, devido ao seu prestigiado núcleo de componentes e desenvolve observações que clarificam mais acerca do tema de Direitos humanos perante os Estados, contribuindo assim para a evolução deste tema e auxiliando o entendimento dos propósitos da Convenção. Esta característica pode ser demonstrada, no âmbito de algumas infrações cometidas, como foi o caso, por exemplo, do ‘mensalão’, nome dado ao caso de corrupção que aconteceu no Brasil, entre 2005 e 2006, na sequência de uma denúncia feita no parlamento brasileiro.

O presidente da Corte, Diego Garcia-Sayán, em Novembro de 2013, fez as seguintes declarações: “A Corte não é um tribunal penal de revisão que pode modificar sentença. Se a Corte optar pelo caminho da revisão, são os próprios tribunais nacionais que fazem” (Jornal Folha de São Paulo, 10/11/2013).

O sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos é composto basicamente do Pacto de San José da Costa Rica e do protocolo de São Salvador. Tais diplomas são muito importantes. No plano global, temos também cortes que cuidam dos direitos humanos. A título de exemplo da aplicação formal do Pacto de San José da Costa Rica podemos mencionar que o mesmo já foi devidamente incorporado no ordenamento jurídico brasileiro, por exemplo, na forma do artigo 5.º, Parágrafo 2.º da Constituição Federal, o que significa dizer, de acordo com o mais recente entendimento do Supremo Tribunal Federal, que estamos diante de norma supra- legal.

A norma supra-legal é aquela que está acima de todas as regras do ordenamento jurídico brasileiro, mas logo abaixo da Constituição Federal. A Corte Interamericana de Direitos Humanos atua para a tutela de interesses fundamentais do ser humano. O Pacto de San José da Costa Rica traz uma série de considerações inerentes a essa proteção e a Corte

atuará aquando da transgressão das regras da Convenção Americana de Direitos Humanos. No sistema Interamericano de Direitos Humanos é necessário dizer que o Pacto de San José da Costa Rica prevê a existência de uma comissão e de uma corte. Há assim uma diferença muito importante entre as duas. A Comissão possui apenas uma atribuição consultiva, pois elabora pareceres. Já a Corte, por outro lado, detém a atribuição consultiva e jurisdicional. Porque além de elaborar pareceres, também decide casos.

Segundo a Prof.^a Jete Jane Fiorati, “ em ambos os Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos, dois são os atos que contêm as decisões das Cortes acerca das questões que lhe são submetidas: as sentenças e os pareceres. As sentenças decidem dos litígios envolvendo as violações às Convenções, enquanto que os pareceres são opiniões emitidas pelo Plenário das Cortes, quando consultadas pelos Estados Signatários da Convenção (no sistema europeu) ou da OEA (no sistema interamericano).

Mais, relativamente às sentenças, Fiorati acredita que estas “possuem caráter meramente declaratório, não tendo o poder de desconstituir um ato interno como a anulação de um ato administrativo, a revogação de uma lei ou a cassação de uma sentença judicial. A única exceção prevista ocorre quando a decisão da autoridade da parte contratante é oposta às obrigações derivadas da Convenção e o direito da parte contratante não puder remediar as consequências desta disposição, caso em que as Cortes deverão conceder ao lesado uma reparação razoável”(FIORATI, Revista dos Tribunais, n.º 722, p.13), conforme o disposto no art.º 63.º da Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

No caso da Comissão, ao elaborar pareceres, ela pode exigir que o Estado tenha determinada postura no âmbito das relações internacionais. Caso o Estado não cumpra o pedido, a Comissão pode recorrer à Corte.

Como se deve proceder para o acesso à Comissão Interamericana de direitos Humanos e à Corte?

A Corte admite petição apenas e tão -somente dos Estados e da própria Comissão, o que significa dizer que qualquer pessoa, grupos de pessoas ou mesmo entidades não - governamentais, não poderão peticionar a Corte, pois tal petição não será admitida.

Ou seja, somente a Comissão e os Estados-parte (estes últimos deverão reconhecer a competência da Convenção) poderão peticionar diretamente à Corte.

Relativamente à prazos de funções, os juízes terão mandato de 6 anos, com possibilidade de serem reeleitos apenas uma vez mais.

Os juízes manter-se-ão em suas ocupações, até o *terminus* dos seus mandatos, porém prosseguirão operando nos casos em que já tenham tomado conhecimento e que se encontrem em estágio de sentença, em atendimento ao princípio chamado na teoria geral do processo de princípio da identidade física do juiz, que não serão transferidos pelos novos juízes eleitos.

Existem também outros critérios de admissibilidade de petições na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Tais critérios também se empregam na Comissão. Os requisitos basilares são que todos os recursos no Direitos Interno dos Estados devem ter sido superados, ou seja, a pessoa que tenha violado um direito fundamental deverá utilizar de todos os recursos existentes no Estado. Assim, se ainda não encontrou uma solução para a transgressão, então poderá peticionar a Comissão. Para entender melhor este requisito, podemos citar Pedro Nikken: “segundo o Direito Internacional geral, para que um Estado possa estender sua proteção diplomática aos sujeitos de sua nacionalidade, presumidamente lesionados por um fato ilícito de outro Estado, e apresentar assim uma reclamação fundada sobre a responsabilidade internacional deste, é necessário que tenha esgotado previamente todos os recursos internos para obter uma reparação do dano em nível nacional. Esta é uma antiga regra consuetudinária segundo a qual se deve oferecer sempre aos Estados a oportunidade de aplicar os mecanismos soberanamente estabelecidos por seu sistema jurídico interno para remediar ou ressarcir as consequências de um fato ilícito, supostamente cumprido em prejuízo de um estrangeiro, antes que o Estado ao qual este nacional pretenda imputar tal fato como violatório do Direito Internacional”. (Nikken, 1987, p.232).

Mais uma condição de admissibilidade é a não aceitação por parte de um Estado da petição interposta contendo informação a cerca de transgressão dos Direitos Humanos. Ou ainda, uma terceira e última hipótese, se existir uma demora injustificada de um Estado em promover uma resposta a uma violação dos Direitos Humanos.

Se qualquer pessoa peticionar a Comissão e, se o Estado não obedecer ao parecer consultivo, então será submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos. É sabido também que como o Estado possui legitimidade para peticionar, poderá fazê-lo a qualquer tempo, não há nenhum impedimento neste sentido. É imprescindível mencionar que os Estados deverão seguir as disposições advindas de uma decisão da

Corte Interamericana de Direitos Humanos. É claro que aqui também deve existir previamente a aceitação, a concordância do Estado em se submeter de forma categórica à Corte.

Se não existir essa manifestação do consentimento expresso, não há de se falar em julgamento pela Corte. Temos uma atuação expressa do Estado. Não existe manifestação do consentimento tácito. Ao contrário do que ocorreu no Direito Interno, no cenário das Relações Internacionais, quem cala não diz absolutamente nada. É necessário que expressamente consigne uma autorização, caso a situação não fica esclarecida e é como se a parte não se manifestasse.

Nestes casos a Corte tem o direito de analisar o caso, havendo confirmação da violação e pode assim obrigar o Estado a resarcir a vítima.

As pessoas não poderão atuar na Corte Interamericana de Direitos Humanos para peticionar, no entanto, poderão acompanhar os procedimentos de julgamento. Tais procedimentos existem para que os Estados efetivamente possam cumprir os direitos humanos.

Em 1996 houve uma novidade relativamente a esse requisito de petição. Isto ocorreu porque um regulamento expandiu a possibilidade de que os representantes da vítima pudessem também, de forma independente, apresentar os casos à Corte. As vítimas, familiares ou representantes podem fazer parte ativamente no processo.

Podemos observar que as normas consignadas no Pacto de San José da Costa Rica não admitem que se estabeleça um interesse fundamental prejudicial ao ser humano. Desse modo, em face da característica da proibição do regresso, não poderá o Estado retroceder, ou seja, diminuir a sua proteção aos Direitos Humanos em relação ao estágio a que essa tutela se encontra, isso significa dizer, por exemplo, que a pena de morte pode até ser admitida excepcionalmente no território de um Estado, mas se eventualmente ela for abolida, não poderá ser reestabelecida. A Corte Interamericana de Direitos Humanos julga apenas e tão somente Estados. Não julga pessoas. As pessoas poderão ser julgadas eventualmente pelo Tribunal Penal Internacional, caso haja a prática de crimes contra a humanidade, genocídio, crime de guerra e agressão internacional. Ainda no plano interno, o Estado poderá condenar eventualmente um indivíduo por transgressão dos Direitos Humanos. Verifica-se que já houve condenação no Brasil, por exemplo, na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Também já

existiu caso em que o Brasil obedeceu categoricamente às disposições da Comissão e o caso portanto nem chegou à Corte.

Temos como exemplo a Lei Maria da Penha, onde a cidadã Maria da Penha Maia Fernandes foi severamente violentada pelo seu marido e vítima de tentativa de homicídio. Ela ingressou no poder judiciário brasileiro requerendo que o Estado efetivamente consignasse uma sanção em face da transgressão de seu interesse fundamental.

No entanto, durante vários anos, não houve uma resposta definitiva. Maria da Penha decidiu peticionar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Porém não fez sozinha. Utilizou-se de uma entidade não- governamental, reconhecida no território de um ou mais Estados que pertencem à Organização dos Estados Americanos, a Comissão Latino Americana dos Direitos da Mulher – CLADEN. Esta entidade não-governamental peticionou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, requerendo um parecer consultivo. O parecer consultivo foi elaborado e o Brasil seguiu o seu decoro.

Estabeleciam categoricamente uma indenização a Maria da Penha de 60000 reais.

O sistema de justiça internacional entende-se como o conjunto de normas e princípios que regulam a criação e o funcionamento de um dado tribunal internacional – órgão jurisdicional internacional ou instituição jurisdicional internacional – enquanto meio jurisdicional permanente de garantia do Direito Internacional e resolução de diferendos internacionais interestaduais ou transestaduais.

O “contencioso internacional, tomado em sentido orgânico ou ‘orgânico- processual’, pode entender-se o estudo da competência dos tribunais internacionais e dos meios que perante os mesmos se podem exercer através de um dado processo; e em sentido material, o estudo da aplicação do Direito Internacional pelos tribunais internacionais – sem prejuízo da expressão contencioso poder ser também sinonimo de diferendo ou litigio internacional justificável”. (Mesquita, 2010, p. 106).

Os sistemas judiciais se espalharam por todo o mundo, universais e regionais, “e respectivos contornos, e demonstram a evolução de um contencioso internacional interestadual para um contencioso internacional alargado a sujeitos de Direito infra-estaduais ou não estaduais, com particular relevo para as Organizações Internacionais e respectivos órgãos, os indivíduos e as ONG’s” (Mesquita, 2010, p. 84).

3.5. Convenção Americana sobre Direitos Humanos

Este ponto pretende de descrever sucintamente o que está exposto nesta convenção, assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San Jose, Costa Rica, em 22 de Novembro de 1969.

Esta Convenção foi “ fortemente influenciada pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos, tanto no que tange aos direitos reconhecidos como em matéria de sistema de controlo.” (Martins, 2013, p.296).

A Convenção está dividida da seguinte forma: o preâmbulo; a primeira parte, contendo cinco capítulos e trinta e dois artigos; a segunda parte, com 4 capítulos e quarenta artigos e a terceira parte, contendo dois capítulos e oito artigos.

No primeiro capítulo encontramos dois artigos onde são mencionados os direitos que já se encontram protegidos e o dever dos Estados-parte em adequar e ajustar suas legislações de acordo com as novas exigências legais, no sentido de fazer face aos direitos dos cidadãos de acordo com os casos que são expostos.

O capítulo dois aborda o direito à vida, respeito pela pessoa, do não restabelecimento da pena de morte aos países que já a encontrem abolido, às limitações da aplicação da pena de morte e todas as normas possíveis que estejam relacionadas com o valor da vida humana. Defende o direito à integridade pessoal, passando pelos direitos que os cidadãos possuem em ver respeitada à sua integridade física, psíquica e moral, mencionado os direitos dos processados, condenados e menores.

Proíbe, de igual forma, qualquer tipo de escravidão e trabalho forçado não previsto nas suas cláusulas, servidão ou tráfico de pessoas nas suas variadas formas.

Cita o direito à liberdade e segurança e protege um cidadão, sempre que este veja ser ameaçado de ser privado à sua liberdade em qualquer Estado-parte, possa recorrer a um juiz ou tribunal.

Dentro deste capítulo podemos encontrar completos os direitos e garantias que um cidadão possui para fazer valer seus direitos no contexto jurídico, protegidos pelos princípios da legalidade e da retroatividade.

São os direitos civis relacionados com a religião e consciência de cada cidadão, com sua liberdade de pensamento e expressão e de se proteger de calúnias ou ofensas indevidas.

As pessoas possuem direitos civis e políticos, direito de se defenderem ou para associarem-se às causas livremente, porém essa causa não pode pôr em risco a segurança nacional e a ordem pública.

Neste capítulo da Convenção observamos que são protegidos muitos dos direitos civis e políticos, que se encontram consagrados nas Constituições e Códigos Civis dos Estados-parte, como por exemplo, o direito ao nome, proteção da família (acerca do casamento), direitos da criança, à nacionalidade, à propriedade privada, direitos políticos (relativos ao voto), entre outros.

O capítulo três da Convenção, traz algumas novidades em termos de legislação, comparando com as Constituições de alguns países, no sentido de haver uma maior preocupação com as relações exteriores e a cooperação internacional, agindo de forma que os Estados que assinaram a Convenção providenciem ajustes às suas legislações internas, de forma a garantir a aplicação dos direitos no âmbito económico, social e cultural, para que possa haver uniformidade no funcionamento das medidas. Em casos de urgência que impliquem a segurança de um Estado, as garantias assinadas na Convenção não podem ser suspensas com as exceções previstas no n.º 2, do artigo 27, da Convenção.

Verificamos que há uma preocupação em manter (independentemente de eventuais acordos bilaterais e não só entre Estados-parte) medidas que assegurem e protejam os ideais impostos na Convenção, para que os documentos não se contradigam em relação a matérias similares. O objetivo é a proteção da interpretação da Convenção, no sentido de não criar interpretações erradas a respeito das normas ali instauradas e o reconhecimento de outros direitos.

A parte II da Convenção traz os meios da proteção ligados ao documento, que são os órgãos competentes, cada um deles munido de poder para desempenhar suas funções. Demonstra assim os órgãos competentes da Convenção.

Aponta sua composição, os sete membros, que terão que ter estatuto e conhecimento suficientes acerca dos Direitos Humanos.

Um capítulo apresenta todas as normas de funcionamento da organização relativamente às eleições, englobando sugestões dos Estados-membro no que diz respeito a candidatos; indica o tempo de mandato, regras de funcionamento; funções, competências e todas as regras que irão tramitar no decorrer de um processo: quem peticiona, os requisitos de admissão dos casos por parte da Comissão, prazos, o

momento de sua aceitação, recomendação final por parte da Comissão, ou seja, todo o processo em que decorre a petição.

No capítulo seguinte, o VIII, vem especificado o método de funcionamento da Corte, órgão maior da Organização. Vemos a autoridade dos membros da Corte e seus poderes, sentenças, tendo como característica principal seu caráter definitivo e inapelável.

A parte III desta Convenção específica, basicamente a assinatura, a ratificação, a reserva, a emenda e o protocolo da denúncia. O documento finaliza com as disposições transitórias com relação à Comissão e à Corte, isso relaciona com algumas regras estabelecidas para os Estados-membros no que diz respeito aos prazos para os mesmos apresentarem tanto os seus membros para a Comissão, como os candidatos a juízes para a Corte.

IV. Caso concreto – Evolução história do papel da Mulher em sociedade, violência doméstica no Brasil e a Lei Maria da Penha

4.1. Origem do Movimento feminista e a violência doméstica no Brasil

A violação dos Direitos Humanos adquiriu um crescimento na maior parte das sociedades latino-americanas, especialmente a partir da década de 80. Sobressaíam os crimes individuais contra a vida ou a integridade física, homicídios dolosos ou culposos; contra a propriedade, furto, roubo ou fraude; as ofensas contra a liberdade sexual (como a violação e a criminalidade organizada) e proteção das oposições políticas sob as ditaduras militares. Dentro deste universo de crimes, podemos inserir a violência doméstica.

A violência doméstica manifesta-se de variadas formas na sociedade. Segundo o Núcleo de Pesquisa Criminológica e Política de Segurança Pública de Paracatu, Minas Gerais, em sua Revista n.º 9, de entre as mais variadas agressões feitas às mulheres, no mundo inteiro, a violência doméstica pode ser apontada entre as mais cruéis e perversas, justamente por acontecer dentro de ambiente que deveria ser acolhedor e de conforto. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a violência pode ser classificada de três formas:

-Violência inter-pessoal – este tipo de violência pode ser física ou psicológica, ocorrer tanto no espaço público como no privado. São vítimas crianças, jovens, adultos e idosos. Neste tipo de violência destaca-se a entre os jovens e a doméstica;

-Violência contra si mesmo - é aquela em que a própria pessoa se violenta, causando a si mesmo lesões;

- Violência coletiva - em suas diversas formas, recebe uma grande atenção pública, pois há conflitos violentos entre nações e grupos, terrorismo de Estado ou de grupos, estupro como arma de guerra, guerras de gangues, que ocorre em toda a parte do mundo;

-Violência urbana - é aquela cometida nas cidades, seja em razão da prática de crimes eventuais, seja pelo crime organizado.

É um problema que abrange vários países. No caso que estou a estudar, a violência doméstica contra as mulheres, o enfoque será dado na categoria a que pertence: à violência inter-pessoal. No Brasil, “33% das mulheres apontam a violência contra as mulheres dentro e fora de casa como o problema que mais preocupa a brasileira na atualidade. O cancer de mama e de útero aparece com 18%, e a AIDS, com 12%” (percepção e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher. Ibope/Instituto Patrícia Galvão, 2006).

"Os direitos humanos da mulher e da menina são partes inalienáveis, integrantes e indivisíveis dos direitos humanos universais." (Declaração da Conferência mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, Viena, 1993).

Mas não apenas com o medo viveu a mulher. No cenário social das mulheres o que verificamos é que os movimentos feministas foram surgindo e estas lutavam, antes de mais, pelo fim da violência que atingia um considerável número de mulheres. Uma luta que foi originada depois da constitucionalização dos Direitos Humanos em vários documentos oficiais. Foi, antes de mais, uma luta pelos direitos humanos e para que fossem criados instrumentos legais inibidores da ação criminosa contra às mulheres.

A violência doméstica que tanto se começou a combater não atingia somente às mulheres e não era apenas física. Podia e pode ser uma violência de ordem conjugal, que ocorre entre casais, violência doméstica que ocorre no seio da convivência familiar e a violência de género, que foi sempre reforçada pelos valores patriarcais. Essa violência possui outras características como a violência psicológica, sexual,

patrimonial, moral, de entre tantas outras que na maior parte dos casos ficam impunes, muitas vezes por desconhecimento da vítima, outras por opção da própria vítima em não tornar público o problema. A evolução da mulher no cenário social deu-se com a evolução da sua luta contra todas as formas inibidoras e violentas de lidar com o seu género.

O marco do movimento feminista começou no Brasil, nas décadas de 70 e 80, ambas com tempos e características um pouco distintas, mas as primeiras manifestações apareceram na década de 60. “A presença de mulheres na luta armada nas décadas de 1960 e 1970, além de contrapor a ordem vigente, transgrediu os padrões de comportamento considerados próprios à mulheres na época”, (Alves, 2009, p. 15)

Na década de 70, a participação da mulher nesse movimento surge na sequência da queda da ditadura militar, o que podemos levar a crer que o objetivo principal do movimento era a luta pelos direitos civis e políticos, foi difundido pelo ideal político que estava vigente na época. “ Na mesma década, existe um consenso ao afirmar a existência de duas principais reivindicações: a primeira, referentes ao trabalho, saúde, direito, relações de poder e educação, vertente que posteriormente procurou influenciar as políticas públicas; a segunda , preocupou-se com a vida privada, relações interpessoais, atuando principalmente em grupos de estudo e reflexão” (Alves, 2009, p. 15).

Ou seja, houve duas correntes na luta dos direitos das mulheres no Brasil. Vale ressaltar que em todos os movimentos políticos em que as mulheres participaram, sempre tiveram um papel coadjuvante na história, ficando com o homem a figura principal.

Há autores que defendam que houve três gerações conhecidas como luta pelo direito feminino no Brasil. A primeira vem com a luta da igualdade dos direitos civis, políticos e educativos, que eram reservados exclusivamente aos homens. “O movimento sufragista que vigorava na Europa, Inglaterra e Estados Unidos teve forte influência nesta fase, as lutas travadas pelo movimento, neste momento histórico, era o direito das mulheres de votar, denúncia da opressão vivenciadas pelas mulheres regidas pelo patriarcado e a garantia dos direitos das mulheres”. (Alves, 2009, p. 14).

“A segunda geração ou segunda onda do feminismo ocorre principalmente nos Estados Unidos, visando a luta contra a subordinação das mulheres e a conquista da igualdade de direitos, e na França, onde as feministas questionavam a invisibilidade e a

desvalorização das experiências das mulheres. Esta fase do movimento acontece nas décadas de 1960 e 1970”. (Alves, 2009, p. 14).

Nesta altura houve uma forte influência dos movimentos feministas vindos da Europa e é nesta fase que podemos encontrar a terceira geração do movimento feminista, em 1980. “Ocorre uma mudança no campo dos estudos feministas, cuja proposta de análise é as relações de género, não sendo mais estudos sobre mulheres e sexo”. (Alves, 2009, p. 15).

É com este raciocínio que podemos afirmar que o *status quo* da mulher sempre foi ao longo dos tempos o de subordinação a uma classe dominante e que este cenário foi sempre definido no seio familiar, local onde sua socialização se inicia. “A família sendo propriedade privada do homem e a ele sendo atribuído o direito sobre todos os membros do núcleo familiar, estes obrigatoriamente lhe deviam obediência” (Alves, 2009, p. 13), demonstrando assim que a figura masculina sempre imperou no ambiente doméstico, onde “o Estado não intervinha nas situações abusivas praticadas pelos homens nos espaços familiares, pois a ausência de um dispositivo legal não o permitia punir aos agressores” (Alves, 2009, p. 13), fazendo deste um ciclo vicioso e desenhando um mapa bastante favorável às práticas machistas contra a figura feminina da família.

E foi na década de 80 que os movimentos se manifestaram de forma mais acelerada, num momento de modificações políticas, e segundo Pitanguy, Barsted e Miranda (2006), houve um maior direcionamento nas leis nacionais tentando “a regulamentação e a promoção de direitos humanos e garantias individuais e sociais que se fortalecem com o processo constituinte”. (Silva, 2010, p. 33). A violência contra a mulher passou a não ser tolerada como antes e a ser posta na categoria de crimes contra a dignidade da pessoa humana e por esse motivo, apesar da violência doméstica contra a mulher ser um problema antigo, passou a ser divulgada por algumas instituições não-governamentais de forma a pressionar as autoridades para combater e punir este crime. Muitos casos foram tornados públicos e defendidos, havendo uma pressão por parte das organizações internacionais na resolução de situações. As mulheres tiveram participação ativa no processo histórico. Um momento destacado foi a articulação desenvolvida pelo movimento feminista brasileiro ao longo período de discussão e produção da Carta de 1988, visando à obtenção de conquistas no âmbito constitucional. Tal esforço culminou na ‘Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes’, que contemplava as principais reivindicações, reunidas em ampla discussão nacional.

(Silva, 2010, p. 33). Também na década de 80 foram criadas Delegacias de Defesa da Mulher, uma iniciativa brasileira, copiada por outros países da América Latina.

Verificamos que as lutas, com o passar dos anos foram, naturalmente, alterando o seu propósito, com as diversas influências sofridas, vindas principalmente da Europa e dos Estados Unidos. Já não se lutava por uma causa do sexo, relacionado com às características biológicas, fisiológicas e anatómicas entre homem e mulher, lutava-se por questões de gênero, de igualdade de direitos no sentido social e ativo. Esse ‘novo’ conceito de estudo surge no Brasil, efetivamente, na década de 90.

O gênero passa a ser tema de discussão a partir dessa década à medida que as mulheres passam efetivamente a realizar pesquisas e estudo sobre este tema, com a perspectiva de ligação entre o gênero com o passado machista enfrentado pelas mulheres, resultando assim de profundas desigualdades ao longo da história. “A violência de gênero, produto das desigualdades entre homens e mulheres, ocultada por décadas, é um grave problema social que repercute na vida de muitas mulheres no mundo. Tratar desta questão é urgente, pois a magnitude desse fenômeno tem impactos não só na saúde das mulheres, mas, também em áreas como educação, trabalho, economia.” (Alves, 2009, p. 17).

Mais, alguns autores acreditam que a violência é gerada a partir de uma sociedade onde sempre houve crenças dominantes. Podemos chegar à conclusão que os sexos diferem e dão origem a “dificuldades de acesso e desvalorização do trabalho das mulheres, discriminação quanto à educação, as atividades políticas e civis, a sexualidade, etc” (Alves, 2009, p. 17).

A evolução das indústrias, a ampliação dos mercados, o fenômeno da globalização, também foram fatores de extrema relevância na criação de oportunidades para uma nova mão-de-obra, mais barata e que estava, naquele momento, ansiosa por se tornar visível no mercado de trabalho. A classe feminina começou a partir desta altura a assumir um papel de destaque na sociedade, lutando por seus direitos no cenário político, conquistando também direitos do trabalho, com o objetivo de serem vozes participantes das causas que fazem uma sociedade, no foro privado e público, assumindo um novo papel, não sendo apenas os ligados às atividades domésticas.

A sociedade passa uma exigência cada vez maior para assegurar direitos de forma alargada às mulheres, tanto a nível jurisdicional, assistencial e psicológico, no enfrentar da violência feminina. No âmbito jurisdicional essa proteção deu-se com base nas leis 9.099/95 e foi posteriormente consolidada com a lei 11.340/06. Relativamente à

assistência foram criados Juizados Especiais Cíveis e Criminais, destinados aos crimes de menor potencial ofensivo e consolidam-se com a Lei 11.340/06. No plano psicológico foram desenvolvidos grupos de apoios clínicos para elucidar e apoiar as vítimas e as delegacias já mencionadas.

Para que essas estruturas fossem pensadas e criadas houve de fato uma crescente realidade que já não se conseguia disfarçar e que era obrigatório conseguir implementar, também na sociedade brasileira, mecanismos de combate, quer no plano regional, quer no plano internacional, quer no âmbito profissional, quer no âmbito doméstico.

A violência contra as mulheres estava a ser caracterizada por atos sem previsão normativa e conseqüentemente sem a punição adequada a casos de crimes cometidos, no âmbito profissional e no âmbito doméstico. Houve assim o surgimento de associações, organizações e grupos organizados com o intuito principal de zelar justamente pela situação da mulher na sociedade, criando defesas e meios para responder às novas exigências da sociedade que estavam inseridas.

O capítulo quatro do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) fala justamente do “enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres”, nas quais se confirme “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Convenção de Belém do Pará, art. 1.º). Também menciona diferentes formas de violência doméstica e familiar no art. 7.º, nas suas expressões física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, ou seja, isso quer dizer que o campo de ação de proteção foi alargado com o passar do tempo. Já não se podia prever a figura feminina apenas no ambiente doméstico, mas também em todos os meios que as mesmas agiam, enfrentando muitas vezes duplas e triplas jornadas de trabalho. No ambiente laboral e doméstico, independentemente da sua classe social.

Dados indicam que, no Brasil, a cada quinze segundos, uma mulher sofre violência e maus-tratos, representando atualmente mais de dois milhões de mulheres vítimas de fraturas, escoriações, queimaduras, traumatismo craniano, deslocamentos de mandíbulas, violações e assassinatos, geralmente causados pelo próprio parceiro, marido ou namorado. E “quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido, namorado atual ou ex.” (Informe Mundial sobre Violência e Saúde. OMS, 2002).

Relacionado com o tema da violência doméstica, encontramos um outro fenômeno que se mostra associado a esse tipo de crime contra a mulher que denomina-se feminicídio, e trata-se também da violação dos direitos humanos.

Alguns autores defendem que o feminicídio é o crime de morte contra as mulheres por razão do seu sexo.

A Secretaria da Segurança Pública do Governo do Rio Grande do Sul, num dos seus artigos de autoria de Ana Affonso, afirma que o conceito de feminicídio foi utilizado pela primeira vez por Diana Russel em 1976, perante o Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, realizado em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres. O feminicídio já é previsto como crime específico em países da América Latina, como o México e o Chile, e é descrito como o assassinato intencional de mulheres por homens, em função de seu gênero, em meio a formas de dominação, exercício de poder e controle sobre suas vidas.

Alguns autores diferenciam femicídio ou assassinato de mulheres, de feminicídio ou assassinato de mulheres pautado em gênero ou ainda genocídio de mulheres, o que confere a esses atos uma significação política. “Compreende um tipo de crime que pesa sobre os Estados, que ao não intervir segundo as obrigações assumidas pelo direito internacional permite a impunidade a um fenômeno em cuja gênese encontra-se a situação de iniquidade em relação às mulheres”. (Affonso, 2013, Página da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Rio Grande do Sul). Lagarde, antropóloga e feminista mexicana, também define, feminicídio como assassinato de mulheres (termo homólogo ao homicídio), mas acrescentando a ele uma significação política: a de genocídio contra as mulheres.

No Brasil, em maio deste ano, a tipificação do feminicídio na legislação penal brasileira foi defendida na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher do Senado, durante audiência para debater o tema. Nesta audiência a SPM/PR do Governo Federal considerou o feminicídio como ‘expressão perversa’ de um tipo de dominação masculina enraizada na cultura brasileira e que os impactos dessa violência ainda são silenciados e deturpados pelo discurso patriarcal dominante.

Femicídio é algo que vai além da desta posição. Representa a morte de mulher que decorre de conflito de gênero cometidos por homens. Em suma, é o crime em que a mulher é assassinada ‘por ser mulher’. Normalmente, o feminicídio está ligado a outros crimes, como o estupro, criando um clima de terror que gera a perseguição e morte da

mulher a partir de agressões físicas e psicológicas dos mais variados tipos, como abuso físico e verbal, estupro, tortura, escravidão sexual, espancamentos, assédio sexual, mutilação genital e cirurgias ginecológicas desnecessárias, proibição do aborto e da contracepção, cirurgias cosméticas, negação da alimentação, maternidade, heterossexualidade e esterilização forçadas. Constitui uma categoria sociológica claramente distinguível e que tem adquirido especificidade normativa a partir da Convenção de Belém do Pará, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 09 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995.

Um projeto de lei (PLS 292/2013) sobre o assunto está em tramitação na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) do Senado, é de iniciativa da CPMI da Violência contra a Mulher e prevê penas mais pesadas para quem comete assassinato contra mulheres no Brasil. O feminicídio seria um agravante para crime.

No projeto de lei do senado brasileiro, n.º 292, de 2013, a sua justificção diz que “o assassinato de mulheres pela condição de serem mulheres é chamado de “feminicídio””(<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=133307&tp=1>, consultada 11/01/2014).

4.2. Percurso da Mulher no Brasil

Antigamente as mulheres eram consideradas inferiores aos homens e submetiam-se às ordens e humilhações que a cultura lhe englobava, vista apenas como fonte doadora de amor, uma peça destinada a prestar serviços de alimentação, comodidade. Hoje ainda a mulher vive em uma sociedade onde vemos latente uma grande figura do patriarcado, onde o homem possuía um poder muito maior do que o da mulher e, mesmos nos dias de hoje, ainda pode-se atestar que os valores não são considerados os mesmos entre esses dois gêneros, seja no ambiente doméstico, laboral, no âmbito social e privado.

No passado as mulheres eram vistas somente como reprodutora, e por conseguinte como ser subordinado à figura patriarcal do homem. Este por sua vez, era visto como detentor de grande poder de mando, figura de autoridade perante o seio familiar, da onde advinha a capacidade de orientar e fazer desenvolver a família.

Saffioti defende a figura masculina, dado que os mesmos eram vistos apenas como provedores da família, situação esta que muitas vezes não correspondia à expectativa gerada a partir da figura do homem, pai de família, dado que as pessoas são diferentes, e por conseguinte suas aspirações também. O homem não podia expressar-se de uma forma que fosse contrária ao comportamento normal. Sobre esta questão Saffioti emite-nos a sua opinião: “Não parece justo, ao discorrer-se sobre as discriminações praticadas contra as mulheres, esquecer os homens. Como no processo de reprodução biológica, também na reprodução social os homens e as mulheres são seres complementares. Numa sociedade em que práticas quotidianas mutilam várias dimensões da personalidade feminina, existem também condutas impostas aos homens, que limitam extraordinariamente seu desenvolvimento”. (Silva, 2010, p. 28).

Com o passar dos anos, e lentamente, algumas mulheres começaram a liderar movimentos com o intuito de lutar para que a igualdade fosse aplicada. A evolução das sociedades também acelerou e auxiliou neste processo, visto que o molde tradicional de família foi desmantelado, constituindo assim numa nova realidade no modelo familiar, onde apenas co-existiam, pai, mãe e filhos. Passou a família a ser vista com sujeitos diferentes. O aumento de divórcios e separações obrigou às famílias a serem monoparentais, ou seja, muitas mulheres passaram a ser únicas provedoras da família, participando ativamente no mercado de trabalho. A condição da mulher consequentemente alterou-se na sociedade. Antes vista apenas como dona de casa ou mão-de-obra barata, passou gradualmente a fazer a diferença em diversas frentes, política, profissional, dentre outras.

Os conflitos políticos no Brasil serviram de ‘pretexto’ para as mulheres irem às ruas lutarem pelo bem comum, mas, mais do que isso, lutar pelo seu espaço. As associações criadas para proteger a mulher foram grandes passos dados pelo Governo Brasileiro na luta contra a violência a que eram sujeitas. E a implementação da Lei Maria da Penha só veio reforçar e ajudar a tornar público dentro do país um problema que diversas mulheres passam, porém algumas delas não conseguem identificar numa primeira fase como deve proceder.

Antes a mulher tinha ingressado no mercado de trabalho apenas pelo fato de sua mão-de-obra ser mais barata, sempre com um caráter provisório e precário, e seu trabalho principal era quando voltava à casa, com as lides domésticas. Esse percurso, das mulheres no mercado de trabalho foi silencioso, iniciando com o trabalho nas fábricas

no início do século XX,. Porém seu trabalho foi feito assumindo duas jornadas de trabalho, já que trabalhavam nas fábricas e quando chegavam em casa voltavam a trabalhar em no registo doméstico.

Com a mulher efetivamente inserida no ambiente profissional, embora auferindo um ordenado bastante inferior ao do homem, e muitas vezes sendo a única fonte de rendimento da família, houve na sociedade uma grande mudança no cenário tradicional do antigo modelo patriarcal: a mulher conseguia obter o sustento de um lar sem o auxílio da figura masculina.

Segundo pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA), do ano de 1993 para o ano de 2007, o número de mulheres que chefiavam famílias passou de 22,3% para 33%.

Houve também um grande ingresso da mulher no meio académico. O IPEA mostra-nos que as mulheres atingiram 62% de participação no ensino superior no ano de 2005. Esta inserção na comunidade académica auxiliou à transformação da figura feminina no mercado de trabalho, tornando-as significativamente ativas e tornando-as uma voz ativa nas diversas vertentes do meio laboral. A figura feminina passou a fazer parte e a tornar-se sujeito comum nas relações de trabalho, desmistificando a ideia antiga e tradicional que o lugar da mulher era em casa.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a análise da proporção de mulheres ocupadas entre 1998 e 2008, revela um aumento na sua participação no mercado de trabalho. Isso mostra-nos que os avanços se realizam na educação, mesmo que ainda existam de forma considerável disparidades entre os salários do homem e da mulher. Os dados apresentados da PNAD, que foram realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam uma taxa de atividade bastante elevada: por cada 100 mulheres, 52 estavam ocupadas ou procurando trabalho. (IBGE, 2009).

Para além da nova configuração da família na sociedade, fazendo com que muitas mulheres tenham passado a adquirir um estatuto diferente no seio familiar, da sua inserção no mercado de trabalho e sua participação cada vez mais ativa no ambiente académico, houve também alguns progressos que colaboraram para a evolução da mulher na sociedade, como a nível normativo e constitucional. Tomemos como exemplo o direito de voto e direitos de serem eleitas para cargos no Executivo e Legislativo das brasileiras, em 1932. Passados dois anos, em 1934, a Constituição de

1934 garantiu às mães o direito à licença-maternidade de 84 dias e o direito do aborto assistido em caso de estupro ou risco de morte da mulher. A Constituição de 1934 também explicita o princípio da igualdade perante a lei, estatuidando que não haveria privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissão própria ou dos pais, riqueza, classe social, crença religiosa ou idéias políticas. A nível do direito internacional, podemos mencionar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, onde introduziu diretrizes com vista à proteção da mulher. No artigo segundo engloba todos os sexos no exercício dos direitos: “Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”. Sendo assim, a sociedade configurava-se de uma forma bastante diferente após a Revolução Industrial que se deu no Brasil, porém, a sua participação no sustento da casa sempre se apresentava como um apoio ou complemento do ordenado auferido pelo chefe de família, ou menos quando o salário desta fosse a única fonte de rendimento da casa. O mercado contratava mão-de-obra feminina para determinados postos de trabalho por serem mais baratas do que a do homem e por desempenhar o mesmo trabalho. A figura profissional da mulher no cenário laboral sempre foi assim marginalizada e tratada de forma discriminatória em relação às funções desempenhadas pelos homens. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em campo definido - pelos homens – como “naturalmente masculino”. “Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família.” (Silva, 2010, p. 34).

Relativamente à remuneração também há uma grande diferenciação na atribuição do ordenado, recebendo as mulheres consideravelmente menos que os homens. Dados do IBGE, no relatório de Pesquisa Mensal de Emprego – PME, que produz indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho em algumas regiões metropolitanas, no seu estudo, no período compreendido entre Janeiro de 2003 e Janeiro

de 2008, revelaram que o rendimento de trabalho das mulheres, estimado em R\$ 1.097,93, continua sendo inferior ao dos homens (R\$ 1.518,31).

Em 2009, comparando a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que, em média, as mulheres ganham em torno de 72,3% do rendimento recebido pelos homens. Em 2003, esse percentual era 70,8%. Considerando um grupo mais homogêneo, com a mesma escolaridade e do mesmo grupo de atividade, a diferença entre os rendimentos persiste. Tanto para as pessoas que possuíam 11 anos ou mais de estudo quanto para as que tinham curso superior completo, os rendimentos da população masculina eram superiores aos da feminina. Verificou-se que nos diversos grupos de atividade económica, a graduação superior não aproxima os rendimentos recebidos por homens e mulheres, pelo contrário, a diferença acentua-se. No caso do Comércio, por exemplo, a diferença de rendimentos para a escolaridade de 11 anos ou mais de estudo é de R\$ 616,80 a mais para os homens. Quando a comparação é feita para o nível superior, ela é de R\$ 1.653,70 para eles.

Todo o processo de emancipação da mulher oriundos de outros continentes no cenário social foi importante para influenciar mentalidades na cultura brasileira e fez com que as mulheres pudessem, a cada momento, lutar e reivindicar os seus direitos em várias frentes para valorizar seu papel na sociedade de forma decisiva e, por outro lado, dar voz às atrocidades cometidas em função do seu género.

4.3. Convenções que antecederam a Lei Maria da Penha no Brasil

Diversas Conferências Internacionais ao longo do Século XX enunciaram e definiram um conjunto de direitos humanos mínimos para todos os habitantes do planeta. A seguir um sumário das Convenções e Cartas ratificadas pelo Brasil:

	Ano de Aprovação pela ONU	Ano de ratificação pelo Brasil
Carta das Nações Unidas	1945	1945
Convenção contra o Genocídio	1948	1948

Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	1966	1992
Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais	1966	1992
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	1965	1968
Convenção para Eliminação de Todas As formas de Discriminação Contra a Mulher	1979	1994
Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes	1984	1989
Convenção sobre os Direitos da Criança	1989	1990
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)	1994	1995

Fonte: Pimentel 1999 (http://www.mulheres.org.br/violencia/documentos/cartilha_violencia.pdf)

A evolução dos ideais feministas, a criação de organizações não-governamentais e o número considerável de casos de violência e preconceito fizeram com que fossem criados meios legais para defender todos os direitos humanos, sendo englobado o direito da mulher, outrora negligenciado. A sociedade estava a dar sinais ao poder

político de que este estava a ser chamado para intervir de uma forma direta e eficiente neste assunto. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que passaram a constar as primeiras normas de defesa dos direitos humanos para as mulheres. Em 1994, o Brasil, que sofreu grande influência de movimentos feministas da Europa, assinou o documento da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, inserida na Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Ou seja, o Brasil, como signatário de Convenções como a da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a de Belém do Pará, além de acrescer a punição por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, após a análise da impunidade do crime praticado contra Maria da Penha, determinou expressamente, além do julgamento do agressor, a elaboração de lei relativa à violência contra a mulher. (Lei Maria da Penha). É de salientar, portanto, que a adesão de Convenções anteriores por parte do Brasil deu força ao seu comprometimento de agir consoante as novas necessidades e necessidades que perpetuavam sem proteção ao longo dos anos.

Segundo a Convenção de Belém do Pará, ficou estipulado:

Art. 1.º Para efeitos desta Convenção deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no género, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Ou seja, isso quer dizer que a partir desta Convenção todos os crimes contra a mulher, de foro familiar ou doméstico, passaram a culminar num processo que deverá ser julgado no âmbito superior. Assim sendo, e conforme o disposto no art. 2.º da Convenção: Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica: 1. Que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual; 2. Que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e 3. Que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. [nota: referir fonte]

Essa Convenção também engloba qualquer conduta que constranja a mulher em qualquer local em que se encontre.

Este documento define o que é violência contra a mulher, além de explicar as formas que essa violência pode assumir e os lugares onde pode se manifestar. Foi com base nesta Convenção que a definição de violência contra a mulher constante na Lei Maria da Penha foi escrita. (OSERVE - Observatório Lei Maria da Penha). A assinatura desta Convenção foi importante para que as vítimas de violência doméstica tivessem um órgão com competência capaz de receber queixas, analisar e muitas vezes punir crimes desta ordem.

Antes da criação da Lei Maria da Penha a maior parte das mulheres desconhecia um documento importante que foi aprovado pela ONU: o CEDAW - A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Nesta Convenção vem estabelecida a lei internacional dos direitos das mulheres. Ela baseia-se no compromisso dos Estados signatários de promover e assegurar a igualdade entre homens e mulheres e de eliminar todos os tipos de discriminação contra a mulher. A CEDAW foi aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1979, tendo entrado em vigor em 1981. Atualmente, 173 países – mais de dois terços dos membros da ONU – ratificaram a Convenção: Uruguai, em 1981; Brasil e Chile em 1984; Argentina, em 1985; Paraguai, 1987.

Em uma introdução e mais 30 artigos, o texto da Convenção define o que é a discriminação contra a mulher e uma agenda para acabar com essa discriminação.

4.4. Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha resultou de uma luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres por uma legislação contra a impunidade no cenário nacional de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/06). Foi na sequência do episódio da condenação do Estado Brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA que, na análise da denúncia da impunidade do crime praticado contra Maria da Penha Maia Fernandes, determinou expressamente, além do julgamento do agressor, a elaboração de lei específica relativa à violência contra a mulher. Essa lei define como violência doméstica qualquer conduta de discriminação, agressão ou coerção,

ocasionada pelo simples fato da vítima ser mulher, que possa lhe causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

A Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, ganhou este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica cearense, nascida em 1945, que lutou por 19 anos para ver seu caso julgado e ver o agressor punido. O agressor, o professor colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, que em 1983 tentou matá-la por duas vezes, na primeira simulando um assalto e na segunda numa tentativa de a eletrocutar. A primeira tentativa de assassinato, 1983, sofreu enquanto dormia, quando levou um tiro do companheiro. Desta primeira tentativa, Maria da Penha saiu paraplégica. A segunda tentativa de homicídio aconteceu meses depois, quando Viveros empurrou Maria da Penha da cadeira de rodas e tentou a eletrocutar no chuveiro.

Apesar da investigação ter começado em Junho do mesmo ano, a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em Setembro do ano seguinte e o primeiro julgamento só aconteceu 8 anos após os crimes. Em 1991, os advogados de Viveros conseguiram anular o julgamento. Já em 1996, Viveros foi julgado culpado e condenado há dez anos de reclusão mas conseguiu recorrer.

Mesmo após 15 anos de luta e pressões internacionais, a justiça brasileira ainda não havia dado decisão ao caso, nem justificativa para a demora. Com a ajuda de ONGs, Maria da Penha conseguiu enviar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica. Viveiro só foi preso em 2002, para cumprir apenas dois anos de prisão.

O processo da OEA também condenou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Uma das punições foi as recomendações para que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de violência” (OBSERVE- Observatório Lei Maria da Penha). Passados 19 anos, o seu ex-marido e agressor não tinha “sido julgado e poderia se beneficiar da prescrição” (Cartilha Lei Maria da Penha & Direitos da Mulher, p. 8).

Maria da Penha agiu com o apoio inicial da Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), reportando a omissão do Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA. “Essa Comissão reconheceu a grave omissão e recomendou ao Estado brasileiro celeridade e efetividade na conclusão do processamento penal do

agressor, indenizar Maria da Penha e promover processo de reforma que evite a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra mulheres no Brasil” (Cartilha Lei Maria da Penha & Direitos da Mulher, p. 8).

O caso de Maria da Penha foi dado a conhecer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, depois de várias tentativas por parte da vítima em resolver o caso utilizando legislação penal do próprio país, porém sem sucesso. Como já foi mencionado anteriormente, esse caso despoletou uma pressão internacional por parte da CIDH ao Governo Brasileiro, para que este estabelecesse normas com vista a garantir a proteção desses direitos esquecidos em seu ordenamento jurídico. O Brasil, depois de exposto o caso pela Corte, resolveu cumprir com as recomendações vindas da mesma. “Diante disso, o governo federal brasileiro sancionou a Lei 11.340/2006, dando-lhe o nome de Lei Maria da Penha em homenagem a essa corajosa mulher brasileira” (Cartilha Lei Maria da Penha & Direitos da Mulher, p. 8)

O Estado Brasileiro foi obrigado a tomar para si próprio a responsabilidade de orientar esses casos e tratá-los de como um crime se tratasse, o que é de fato, e que este ficasse previsto na legislação federal, no seu código penal. A pressão imposta pela CIDH foi de máxima relevância para que o Governo Brasileiro iniciasse esse procedimento, juntamente com as ONGs feministas e todas as outras associações que lutavam em busca de justiça perante os casos.

Em 7 de Agosto de 2006, foi sancionada pelo Presidente da República Brasileira da altura, Luís Inácio Lula da Silva, a Lei Maria da Penha, que vem sedimentar a proteção da mulher no que diz respeito à violência doméstica. Direito previsto na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, meio utilizado pela vítima do caso, onde estabelece numa série de artigos a proteção dos Direitos Humanos no âmbito da América latina.

Nas disposições preliminares da Lei 11.340/06, o objetivo principal visa a proteção da mulher na ocorrência de violência e “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”, no seu artigo 8.º e nos termos do art. 226.º da Constituição Federal; da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres

em situação de violência doméstica e familiar”(Lei n.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006). Podemos encontrar também mencionadas, medidas de prevenção, de assistência à vítima e de punição ao agressor em causa, no art.º 8.º:

Do capítulo I , das medidas integradas de prevenção, estabelece no seu artigo 8.º que a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I. a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II. a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

III. o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbe, a violência doméstica e familiar;

IV. a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V. a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade;

VI. celebração de convênios, parcerias entre órgãos governamentais e entidades não governamentais, com o objetivo de implementar programas de erradicação da violência contra a mulher;

VII. a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII. a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX. destaque nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)

Neste caso a lei apoia as vítimas com vista à sua inserção na sociedade. Embora a violência domestica não atinja apenas uma classe da sociedade, a maior parte, ocorre

com mulheres que não possuem grande poder aquisitivo, fazendo com que siantam-se cada vez mais dependente do agressor, arrastando a situação ao extremo. Por isso, com a Lei, há um comprometimento por parte do Governo em auxiliar às vítimas no sentido de reintegrá-las em sociedade, dando apoio em questões como saúde, educação, trabalho, por exemplo, utilizando os programas assistenciais.

Encontramos na lei dispositivos de apoio assistenciais à vítima, no art.º 9.º, tais como:

- I. garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;
- II. encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao instituto Médico Legal;
- III. fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
- IV. se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences ao local da ocorrência ou do domicílio familiar;
- V. informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis;

Das medidas punitivas, encontramos algumas diretrizes da Lei Maria da Penha:

- I. suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente;
- II. afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III. proibição de determinadas condutas, entre as quais:
 - a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
 - b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
 - c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV. restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V. prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

Relativamente às medidas punitivas a lei vem proibir aplicação da Lei n.º 9.099/95, na qual estipulava a pena do agressor com penas pecuniárias.

Houve uma maior responsabilização para o agressor e os casos são julgados em Tribunais especializados de violência doméstica, com competência civil e criminal e composto por uma equipa com profissionais de algumas áreas com vista a assegurar um tratamento adequado de apoio às vítimas.

4.5. Impacto da Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha trouxe algumas modificações da imagem da mulher na sociedade e as violações domésticas sofridas pelas mesmas. O cenário atual mostra-se diferente daquele em que a maior parte da violência, quer fosse física ou psicológica, não era sequer identificada.

A importância desta Lei desde à sua entrada em vigor, veio trazer importantes alterações à sociedade e à visão deste problema na República Federativa Brasileira, tanto no plano jurídico, como no político e social, e esses impactos serão analisados, cada um, de forma distinta.

4.5.1. Impacto Jurídico

No aspeto jurídico, com a aplicação da Lei Maria da Penha na realidade federal, houve claramente grande impacto. No código penal brasileiro passa a ser previsto o artigo 152.º, n.º 1, alíneas a e b, onde estabelece, que “quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal”.

No Brasil havia um grande vazio legal em se tratando de proteção da mulher contra a violência doméstica, e, mesmo havendo uma considerável evolução da figura feminina

da mulher no cenário profissional, acadêmico e social, este ponto não era tratado de uma forma diferenciada, mesmo com os registros de ocorrências deste crime.

Podemos, de acordo com os dados do observatório Lei Maria da Penha, ilustrar a realidade brasileira antes da entrada em vigor da lei Maria da Penha e depois, como podemos verificar:

Antes da Lei Maria da Penha:

- Não existia lei específica sobre violência doméstica;
- Não tratava das relações entre pessoas do mesmo sexo;
- Nos casos de violência, aplica-se a lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, onde só se julgam crimes de “*menor potencial ofensivo*”, (pena máxima de 2 anos);
- Esses juizados só tratavam o crime. Para a mulher resolver o resto do caso, as questões cíveis (separação, pensão, guarda dos filhos) tinha que abrir outro processo na vara da família;
- Permite a aplicação de penas pecuniárias, como cestas básicas e multas;
- A autoridade policial fazia um resumo dos fatos e registava num termo padrão (igual para todos os casos atendidos);
- A mulher podia desistir da denúncia na delegacia;
- Era a mulher quem, muitas vezes, entregava a intimação para o agressor comparecer às audiências;
- Não era prevista decretação, pelo Juiz, de prisão preventiva, nem flagrante, do agressor (Legislação Penal);
- A mulher vítima de violência doméstica e familiar nem sempre era informada quanto ao andamento do seu processo e, muitas vezes, ia às audiências sem advogado ou defensor público;
- A violência doméstica e familiar contra a mulher não era considerada agravante de pena. (art.º 61.º do Código Penal);
- A pena para esse tipo de violência doméstica e familiar era de 6 meses a 1 ano;
- Não era previsto o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação (Lei de Execuções Penais);

- O agressor podia continuar frequentado os mesmos lugares que a vítima frequentava. Tampouco era proibido de manter qualquer forma de contato com a agredida.

Depois da Lei Maria da Penha:

- Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece as suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral;
- Determina que a violência doméstica contra a mulher independe de orientação sexual;
- Retira desses Juizados a competência para julgar os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- Serão criados Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, abrangendo todas as questões;
- Proíbe a aplicação dessas penas;
- Tem um capítulo específico prevendo procedimentos da autoridade policial, no que se refere às mulheres vítimas de violência doméstica familiar;
- A mulher só pode renunciar perante o juiz;
- Proíbe que a mulher entregue a intimação ao agressor;
- Possibilita a prisão em flagrante e a prisão preventiva do agressor, a depender dos riscos que a mulher corre;
- A mulher será notificada dos atos processuais, especialmente quanto ao ingresso e saída da prisão do agressor, e terá que ser acompanhada por advogado, ou defensor, em todos os atos processuais;
- Esse tipo de violência passa a ser prevista, no Código Penal, como agravante de pena;
- A pena mínima é reduzida para 3 meses e a máxima aumentada para 3 anos, acrescentando-se mais 1/3 no caso de portadoras de deficiência;
- Permite ao Juiz determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação;

- O Juiz pode fixar o limite mínimo de distância entre o agressor e a vítima, seus familiares e testemunhas. Pode também proibir qualquer tipo de contato com a agredida, seus familiares e testemunhas.
- A lei prevê ainda a prisão do agressor em três hipóteses: em flagrante, preventivamente e por condenação transitada em julgado.

Corroboramos que o tratamento dos casos era feito de forma bastante precária e houve, de fato, grande alteração na forma como os processos eram encaminhados e resolvidos. Primeiramente porque a nível do sistema penal, este crime passou a ser tipificado no Código Penal Brasileiro, depois pelo fato de haver um procedimento padrão para esse tipo de conduta, desse crime específico. Mas a Lei Maria da Penha “reservou para o Judiciário a missão de coibir a violência e aplicar as medidas punitivas. A ausência ou omissão desse poder infringe não só o direito das mulheres ao acesso à justiça, mas também o direito de viver.” (Comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário, 2009).

Com relação aos casos em que a vítima fez queixa e instaurou um processo, há ainda aqueles em que prescrevem, e sobre esta matéria o artigo 109.º do Código Penal fez que o processo prescreva em quatro anos se a pena em julgamento for igual a um ou dois anos.

4.5.2. Impacto social

No âmbito social, o que se pode verificar é que, passados quase 7 anos desde sua sanção, a Lei 11.340 de 2006, popularmente chamada de Lei Maria da Penha, ainda é conhecida universalmente pelas brasileiras. Pesquisa do DataSenado sobre violência contra a mulher constatou que, por todo o país, 99% das mulheres já ouviram falar na Lei e isso vale para todos os estratos sociais. Mulheres de todas idades, níveis de renda e escolaridade, credo ou raça sabem da existência da Lei criada para coibir a violência doméstica e familiar.

Foi criada em paralelo com os centros de apoio à vítima uma Central de Atendimento à Mulher, com o número 180, que procuram informar as mulheres dos seus direitos e como utilizar a lei a seu favor, de caráter gratuito, formado por uma equipa de profissionais e entendedores da área jurídica e de questões de género, com o objetivo

principal de auxiliar as mulheres a proceder nos casos de violência doméstica, tanto no Brasil, como em países do exterior como Portugal e Espanha.

Apesar do conhecimento da existência da lei e de as mulheres terem uma proteção legal que permite o julgamento do crime sofrido, a pesquisa estima que mais de 13 milhões e 500 mil mulheres já sofreram algum tipo de agressão (19% da população feminina com 16 anos ou mais), 31% ainda convivem com o agressor. O pior dado é que, das mulheres que convivem com o agressor, 14% ainda sofrem algum tipo de violência. Este resultado, expandido para a população brasileira, implica dizer que 700 mil brasileiras continuam sendo alvo de agressões. (Página pesquisada em 05/02/2014: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Secretaria de Transparência, realizada em março de 2013. Fonte: Agência Patrícia Galvão, São Paulo, Brasil). O que ocorre também é que, apesar de todo apoio dado às mulheres, há ainda uma falta de reação ativa que se deve muitas vezes ao facto de este crime ocorrer frequentemente acompanhado por sentimentos que não são mensuráveis: ódio, amor, raiva, medo, pânico.

Apesar da violência doméstica acontecer em várias classes sociais, não havendo necessariamente um vínculo económico que não permita a sua independência fora de determinada relação, muitas dessas mulheres não conseguem libertar-se da situação porque estão ‘psicologicamente presas’, ou simplesmente pelo medo da reação do parceiro, depois de feita a queixa.

Este dado é preocupante porque verifica-se que, mesmo criando meios de apoio às vítimas, este não está a agir de forma eficaz, ou seja, não cumpre em grande escala o papel pelo qual foi criado.

Relativamente ao número de casos de violência, a Lei veio trazer visibilidade para um crime anteriormente ignorado pela sociedade, porém, pode perceber-se que o impacto gerado pela Lei foi de efeito rápido. De acordo com o Mapa de Violência 2012, com o título: Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil, do Centro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) e da Faculdade Latino-Americana de Ciências-Sociais (FLACSO), autoria de Julio Jacobo Waiselfisz, pode concluir-se que “se no ano seguinte à promulgação da Lei Maria da Penha, em Setembro de 2006, tanto o número quanto as taxas de homicídio de mulheres apresentou uma visível queda, já a partir de 2008 a espiral de violência retoma os patamares anteriores, indicando claramente que

nossas políticas ainda são insuficientes para reverter a situação”. (Fonte: biblioteca digital clam. <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/> , consultada em 01/03/2014).

No que diz respeito ao número de mortes também não há dados satisfatórios.

O estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra-nos que a implantação da Lei Maria da Penha não causou o impacto desejado na redução da morte de mulheres decorrentes de conflitos de gênero no país.

Segundo a pesquisa, exposta em audiência da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, ocorrem 5.000 casos de feminicídio (assassinato de mulheres) por ano no Brasil de acordo com a tabela abaixo, conseguimos nos certificar dos números de mulheres assassinadas por ano:

ASSASSINATOS DE MULHERES A CADA 100 MIL HABITANTES

Ano	Número de mulheres assassinadas
2001	5,41
2002	5,46
2003	5,38
2004	5,24
2005	5,18
2006*	5,02
2007	4,74
2008	5,07
2009	5,38
2010	5,45
2011	5,43

(Fonte: Ipea – Ano de promulgação da lei)

O Ipea avalia ainda que:

De 2001 até 2011, 50 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. No período de 2001-2006, antes da implantação da Lei Maria da Penha, a taxa de mortalidade de mulheres no Brasil foi de 5,28 por 100 mil. No período de 2007-2011, o índice ficou em 5,22 por 100 mil. A lei foi promulgada em 7 de Agosto de 2006. O que quer dizer que

relativamente à taxa de mortalidade do ano que antecedeu à lei e pós implementação da lei não houve a alteração dos números de mortalidade que se esperava.

Leila Garcia, pesquisadora do Ipea, diz que a falta de aplicação da Maria da Penha é o grande problema. “Ainda não existem mecanismos de proteção necessários para a mulher que foi buscar ajuda. Em muitos casos, a mulher foi denunciar o parceiro e, posteriormente, foi assassinada”. Não há meios efetivos de proteção pós-acusação para a mulher agredida, enquanto não ocorre o julgamento do agressor.

Para a pesquisadora, o grande problema está na aplicação da lei. “A lei em si é boa, mas não está sendo aplicada com exatidão em alguns lugares do Brasil”. Ela aponta que outros projetos de lei podem ajudar a proteger as mulheres. “Novos projetos são necessários para reforçar a proteção. Um deles é a tipificação do crime de feminicídio no Brasil”, afirma.

Podemos também comparar com os dados do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) e da faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em seu Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil, com os dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, de autoria de Julio Jacobo Waiselfisz, publicado em Maio 2012, onde afirma que “no primeiro ano de vigência efetiva da lei Maria da Penha, em 2007, as taxas experimentam um leve decréscimo, voltando imediatamente a crescer de forma rápida até o ano 2010, último dado atualmente disponível, igualando o máximo patamar já observado no país: o de 1996”. (http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf , consultada em 13/02/2014).

Houve algumas alterações na visibilidade desse tema no país, mudanças a nível da prevenção da violência doméstica e a sua assistência pós-violência. A implementação da lei veio, de certa forma, pôr em evidência este crime e fazer com que houvesse mais debates e estudos a respeito dessa matéria, motivando e movimentando outros órgãos voltados para a proteção da mulher, tanto por parte da sociedade como por parte dos políticos. Socialmente o crime foi visto de forma mais clara, categorizada, as mulheres também procuram estar mais informadas a respeito da proteção dos seus direitos e:

“83% das mulheres residentes em capitais conhecem ou já ouviram falar da Lei. Dentre as que conhecem, 58% souberam indicar, espontaneamente, uma ou mais formas de proteção. As mais citadas foram “prisão do agressor”, “programas de proteção à

mulher” e “casa abrigo”. Das mulheres entrevistadas, 35% declararam conhecer a lei, mas não souberam citar pelo menos uma das formas de proteção que a legislação lhes garante”. (Violência contra a mulher, Pesquisa dataSenado, http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf , 2009, consultada em 11/01/2014).

4.5.3. Impacto político

O impacto político da Lei Maria da Penha trouxe um compromisso legal dos Estados na resolução e acompanhamento dos casos de violência à mulher. A lei é a mesma, as medidas preventivas e de acompanhamento não tiveram um padrão entre os Estados brasileiros. Os padrões alteraram consoante seus governos estatuais e os meios aplicados por cada um. Notou-se que determinados Estados deram maior importância às alterações que deveriam ser feitas e foram criados mecanismos e políticas sociais eficazes para que, em conjunto com a aplicação da lei, fossem disponibilizados outros meios de apoio às vítimas. A finalidade era que a criação desses recursos adicionais pudessem dar um suporte a já lei implementada.

Pode verificar-se que politicamente a Lei Maria da Penha ofereceu status internacional à questão da mulher, devido ao fato desta ser proveniente de um caso que foi julgado internacionalmente, com recomendação de uma organização internacional ao Estado brasileiro. Com a lei implementada, provocando consequências constitucionais e penais, a classe política estava mais alerta e aberta a discutir meios suplementares de apoio à vítima com o intuito de fazer com que a lei fosse cumprida, respeitando rigorosamente seus artigos. A questão passou a ser mais discutida entre políticos para debater a melhor forma de os Estados atuarem de forma preventiva, como também, nos casos em que ocorra o crime, ajam de forma eficaz, de forma igualitária, entre as unidades federativas brasileiras. Muitos políticos, aproveitando-se do poder de marketing deste tema, utilizaram o mesmo para conquistar pontos da classe feminina. O Estado ganhou uma responsabilidade adicional perante esta matéria devido ao fato de, “no caso de não cumprimento deste dever, qualquer pessoa, grupo de pessoas, ou organização da sociedade civil pode apresentar petição com denúncia ou queixa à

Comissão Interparlamentar de Direitos Humanos” (Caderno de Violência Doméstica e Sexual Contra a Mulher, p.23).

Os Estados têm em mente a ideia de que há que munir seu corpo policial de ferramentas e formações a fim de estarem aptos a tratar de um caso quando este ocorre para que haja confiança nos agentes federais quando uma vítima os procura. Elcione Barbalho (PMDB-PA) fala que o desrespeito contra as mulheres vem muitas vezes de quem deveria proteger: “Há um descompasso generalizado na aplicação da lei. Em alguns casos, a polícia chega a abusar das mulheres que vão às delegacias para denunciar um homem”. (<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/09/25/lei-maria-da-penha-nao-diminuiu-violencia-contra-mulher-no-brasil-diz-ipea.htm>, consultada em 27/01/2014). Ela afirma que há reclamação de falta de recursos para aplicar a Maria da Penha. “No Pará, estamos colocando todo o judiciário para tentar aplicar a lei, mas sempre escutamos que não temos recursos”.

Esse descompasso é registado também nas taxas de assassinios. O IPEA, num dos seus artigos de estudos relacionados com a Lei Maria da Penha, mostra-nos que o Estado com maior número de assassinatos de mulheres é o Espírito Santo. De acordo com o estudo, o Estado tem índice de 11,24 assassinatos de mulheres por 100 mil habitantes. Outros Estados com maiores números de feminicídios são a Bahia (9,08 por 100 mil) e Alagoas (8,84 por 100 mil). O Estado com o menor número de registros é o Piauí, com 2,71 assassinatos por 100 mil. De acordo com o Ipea, isso não significa que a violência é menor lá. “O índice pode significar que não há a coleta correta de dados no Piauí. A consequência é que há uma subestimação desses índices”, diz Garcia.

No Brasil, segundo consta a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais de 2012, em suas Políticas de Género, 33,3% Unidades Federativas possuíam secretaria exclusiva e 37% órgão subordinado a outra política, a maioria associado ou subordinado à política de Assistência Social e/ou Direitos Humanos (33,3%).

Segundo a existência de plano [o que isto quer dizer. Não percebo a construção da frase], das 26 Unidades Federativas com órgão gestor, somente 10 possuem Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (PEPM), a maioria dos estados está nas regiões Norte e Nordeste;

- Os estados pioneiros no lançamento do PEPM foram Pernambuco e Goiás, os mais recentes são Sergipe e Minas Gerais;

- A maioria dos estados com PEPM possui um comitê de acompanhamento e monitoramento do plano (exceto Maranhão, Sergipe e Minas Gerais);
- A participação da sociedade civil não é uma característica predominante (somente 5 estados com comitê contam com a participação da sociedade civil).

No que toca a existência de Conselho Estadual de Direito das Mulheres: Todos os estados possuem Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM, exceto Sergipe. Das 26 unidades federativas com CEDIM, somente 16 tinham conselho paritário;

- Em 9 unidades federativas, a criação do CEDIM data desde a década de 80;
- Somente nos estados de Bahia, Goiás e Espírito Santo os CEDIMs têm as atribuições de consulta, deliberação, normativa e de fiscalização;
- A maioria realizou reuniões nos últimos 12 meses, com exceção do Ceará e São Paulo;
- Apenas os estados do Pará, Amapá, Tocantins e Rio de Janeiro possuem Fundo Estadual de Direitos das Mulheres.

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher- DEAMs também é outro órgão que auxilia a vítima em todo o processo.

No que se refere a estruturas de atendimento, o relatório revela ainda que possuem no Brasil, das 27 Unidades Federativas, 15 possuem casas-abrigo mantidas exclusivamente pelo estado, (55,5%);

- Centros de referência de atendimento exclusivo para as mulheres: em 13 das 27 Unidades Federativas (48,1%);
- Delegacias de Polícias Especializadas (DEAMs) presentes em todos os estados (100%);
- Presídios exclusivamente feminino: em 24 UFs (92,6%);
- Núcleos especializado para mulheres em defensorias públicas: em 24 UFs (92,6%);
- Juizado especiais de violência doméstica e familiar contra mulher: em 21 UFs (81,4%).

De acordo com o levantamento quantitativo de mulheres em situação de violência nos serviços especializados e o caráter da violência:

- As informações são coletadas apenas em 18 das 27 Unidades Federativas (66,6%). O menor percentual de cobertura é na região Sudeste (50%) e o maior é no Centro-Oeste (100%);

- Há uma diversidade de órgãos que fazem o levantamento, mas em 38,9% dos Estados este é feito pelas Secretarias da Mulher e 38,9% é feito pela Secretaria de Segurança Pública;

- A sistematização dos dados do caráter da violência é mais concentrada na Secretaria de Segurança Pública e delegacias.

No Brasil existem vários centros que foram criados para atender ao crime contra a mulher, porém, nem sempre a informação da sua existência e de que as mulheres vítimas de agressão pode recorrer a estes, nem sempre chegam ao público alvo, neste caso, as mulheres agredidas. E há o inconveniente de nem todos os estados serem providos desses centros.

Os dados do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) e da faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em seu Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil, com os dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, de autoria de Julio Jacobo Waiselfisz, publicado em Maio 2012, mostra-nos alguns números relativos aos homicídios de mulheres no Brasil, desenhando um mapa da violência no país e mostrando também alguns números relativos à violência contra a mulher no mundo.

Apurando informações acerca da violência doméstica e de entre os dados internacionais demonstrados acerca das taxas de homicídio feminino, em 100 mil mulheres, em 84 países do mundo, o Brasil consta no quinto lugar da tabela. Portugal está na septuagésima segunda posição e, curiosamente a Arábia Saudita ficou na octogésima posição.

Isso só demonstra que o Brasil continua a ser um país violento e que a Lei Maria da Penha, embora instaurada em 2006, não obteve o impacto esperado junto dos agressores.

No que diz respeito a Portugal, um artigo de Cristina Lai Men, no Jornal O Público, constatou que uma em cada quatro portuguesas já foi vítima de violência física ou sexual, sendo que a maioria destes casos ocorre com mulheres de mais idade ou sem trabalho, avança um estudo europeu sobre violência contra as mulheres.

Nos casos em Portugal em que a agressão acontece dentro do casal, 27 por cento envolve mulheres desempregadas e 23 por cento tem mais de 60 anos.

O desemprego pesa também entre as vítimas de violência psicológica, uma vez que 51 por cento das mulheres que sofreu este tipo de violência em Portugal não tinha trabalho. Estes dados só vêm demonstrar que, apesar da violência doméstica atingir todas as classes sociais e níveis de escolaridade, podemos verificar que há uma maior incidência em determinados casos. Ou seja, a independência financeira da mulher é fator preponderante na ocorrência deste tipo de crime. A maior parte das mulheres apresentam-se assim dependentes economicamente do seu cônjuge ou companheiro, não fazendo queixa por não ter garantido o seu futuro e não obter meios suficientes para se subsidiar.

Realizado em 2012 pela Agência Europeia de Direitos Fundamentais (FRA), este estudo revela, contudo, que Portugal está entre os dez países onde se registam menos abusos em todos os tipos de violência.

V. Conclusão

Nesta dissertação procurei demonstrar o impacto de uma Organização Internacional Inter-governamental Regional num Estado de Direito e a recomendação desta para aplicação e adoção de medidas no âmbito dos direitos humanos, no caso específico da proteção à mulher, com o intuito de ver esses direitos protegidos, respeitando as normas legais de que são regidos o direito internacional público e os tratados estabelecidos.

A organização analisada foi a Organização dos Estados Americanos e o país que recebeu a recomendação, o Brasil.

Na introdução, apresentei o conteúdo e a motivação desta investigação e delimitei o percurso que a mesma iria seguir.

O segundo capítulo foi dedicado aos conceitos e todo o percurso histórico das matérias introdutórias que serviram de base para um entendimento mais alargado dos assuntos que se seguiriam, como por exemplo, a história dos direitos do homem, suas origens, levando a concluir que esse direito é bem mais antigo do que se pensava. E mesmo sem proteção normativa, por motivos religiosos, políticos ou sociais e sem clara consciência, já se defendia esse direito outrora.

Referi as alterações da sociedade enfrentadas depois do término da Segunda Guerra Mundial, chegando à conclusão que foi a partir desta altura que globalmente houve transformações nos Estados e na sociedade acerca do direito internacional. Neste capítulo dos conceitos também foi referido, no ponto 2.3., o Estado, a partir da idade moderna. O Estado foi ganhando novas formas de atuação e para que pudéssemos compreender sua ligação ao caso concreto seria apropriado apresentar a evolução do papel do Estado na sociedade e o surgimento da preocupação em firmar alianças e acordos mais eficazes e mais comprometedores sob a ótica das relações internacionais. Com este levantamento histórico e estudo de conceitos, pude concluir que o termo Direitos Humanos não surgiu repentinamente no cenário mundial. Não foi um fenómeno. Foi um reunir de casos de violações e de crimes que ficavam impunes. Sucedeu a necessidade de criar dispositivos legais a fim de ver algumas situações protegidas.

No terceiro capítulo, que engloba a proteção internacional dos direitos humanos, no plano regional, identifiquei a origem e evolução de um sujeito de direito de grande destaque na sociedade global: as organizações internacionais. Depois de mencionada a sua origem, foi feita uma explanação sobre suas características, seus tipos e sua amplitude numa determinada sociedade. Como no meu caso em concreto faço um estudo sobre a Organização dos Estados Americanos – OEA, que é uma Organização Internacional Inter-governamental Regional, procurei mostrar seu funcionamento e sua estrutura de forma mais detalhada, a convenção, que foi fruto desta organização, bem como seus dois órgãos principais de proteção de direitos humanos: a Comissão Interamericana e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Estudando a OEA percebemos também que o indivíduo comum se faz cada vez mais próximo e autônomo da efetivação do cumprimento da lei, vendo seu direito atendido e que as organizações inter-governamentais, cada vez mais, detêm poderes e influências perante à legislação dos países que ratificam os tratados.

Todo este capítulo subdividido em pontos, visou mostrar a organização da OEA no sentido de percebermos como esta agiu perante a República Federativa Brasileira na resolução de um caso de violência contra a mulher, mais precisamente de violência doméstica.

O quarto capítulo vem identificar o núcleo do meu objeto de estudo. Neste, mostrei a evolução feminina no Brasil, os movimentos feministas que desenharam a importância da figura da mulher no Brasil e no mundo, e um dos problemas que sempre acompanharam a evolução feminina: a violência doméstica.

Todo esse percurso teria de ser feito e analisado para conseguirmos entender o caso de violência doméstica de Maria da Penha, que originou a Lei 11.340. Neste capítulo foi explicado o acontecimento que originou esta lei, uma história real, que ocorreu com Maria da Penha Maia Fernandes.

Os impactos jurídicos, políticos e sociais da Lei Maria da Penha foram analisados posteriormente levando a concluir que a sua implementação na sociedade brasileira sob o ponto de vista jurídico veio endurecer as penas, criar normas legais para a resolução dos casos no Brasil, porém, sob o ponto de vista social nem todos os resultados são satisfatórios. A sua implementação não diminuiu os casos de mortes de mulheres por violência doméstica.

Os aspetos positivos do ponto de vista social foram que a sociedade passou a ter mais informações acerca deste assunto, monitorizados pelos recursos disponibilizados pelo Governo Federal. O que se veio a verificar foi que este problema passou a ser tema de debate entre várias frentes sociais e políticas. Foram criados órgãos assistenciais munidos de apoio necessário à prevenção, denúncia e acompanhamento para as vítimas, e, sobretudo, foi uma bandeira que foi levantada à Mulher, como um símbolo de defesa, uma causa que a partir da implementação da lei ganhou cada dia mais vozes ativas na sociedade, envolvendo cada vez mais pessoas, políticos, ONG's, enfim, uma sociedade como um todo adquiriu maior consciência quando se fala em violência doméstica, em maus tratos contra a mulher em seu ambiente familiar.

Portanto julgo que a lei trouxe mais informação e conhecimento à sociedade do problema, os órgãos estatais desenvolveram e continuam a desenvolver maiores meios de promoção e proteção às vítimas e o governo brasileiro introduziu em sua pauta de governação alguns documentos oficiais a serem discutidos e outros a nível informativo. Porém os aspetos negativos através dos dados estatísticos vêm-nos mostrar que, muito embora o Brasil tenha ratificado a lei, esta não diminuiu o número de mortes de violência doméstica, o que dececiona o propósito inicial da sua implementação e a origem da mesma. Isso se deve porque muitos casos acabam por não serem julgados por ineficiência jurídica estatal (alguns vazios legais), e muitos outros nem sequer chegaram e chegam a ser alvo de queixa por parte da vítima.

Tal fato ocorre por medo do parceiro, por preconceito, por vergonha da vítima, pela falta de informação acerca do problema, entre outros.

Há um grande percurso a ser feito, pois não basta criar todos os meios para tornar o crime público. É preciso criar uma estrutura real de apoio às vítimas a partir da sua queixa. Pois, vários casos ficam por resolver por medo das consequências advindas da queixa, ou seja, no período que medeia a denúncia até o seu julgamento. Nesta fase o autor do crime encontra-se em liberdade, até que se prove a culpa. A vítima sente-se claramente desprotegida, pois, em muitos casos, a mesma não tem outros meios para se manter sozinha financeiramente e psicologicamente, ficando dependente e vulnerável a qualquer vingança por parte do parceiro.

Devemos também ter em conta que a violência doméstica mexe, antes de mais, com vários sentimentos da mulher. Sentimentos de amor, raiva, ódio, humilhação,

frustração, abandono do amor próprio, vergonha e em muitos casos este crime é perpetuado sem ser dada a devida importância.

A Lei Maria da Penha, nome pelo qual ficou conhecida devido ao caso da vítima, Maria da Penha Maia Fernandes, foi uma lei que, muito embora as estatísticas de mortes verificadas na sequência de violência doméstica sejam desanimadoras, o simbolismo do caso resolvido na prossecução de uma recomendação de uma Organização que luta contra a violação dos direitos humanos, enche de esperança as mulheres que lutam por esta causa. Faz pensar também que a soberania jurídica dos Estados encontra-se cada dia que passa mais sujeita ao encaminhamento de uma uniformidade da nova ordem jurídica mundial por parte das Organizações Internacionais Inter-governamentais.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia secundária:

- Brown, C. & Ainley, K. (2012). *Compreender as Relações Internacionais*. Gravida Editora.
- Queiroz, C. (2013). *Direito Internacional e Relações Internacionais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Quadros, A.G.P. F. (1997). *Manual de Direito Internacional Público* (3.^a edição), Coimbra: Almedina Editora.
- Archer, C. (2001) *International Organizations* (Third Edition), London: Routledge.
- Fernandes, A. J. (2011), *Conflitos e Paz Mundial, A Importância da ONU*, Lisboa: Quid Juris, Sociedade Editora.
- Mesquita, M. J. R. (2010), *Justiça Internacional, Lições, Parte I, Introdução*, Lisboa: AAFDL Editora.
- Waltz, K. N. (2011), *Teoria das Relações Internacionais* (2.^a edição), Lisboa: Gradiva Editora.
- Martins, A. M. G. (2013), *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra: Almedina Editora.
- Escameia, P. (2013), *O Direito Internacional Público nos Princípios do Século XXI*, Coimbra: Almedina Editora.
- Jr., J. S. N. (2011), *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História* (2.^a edição), Lisboa: Gradiva Editora.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 1 ed. 12. tir. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- Canotilho, J. J. G. (1993), *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, (5.^a edição), Coimbra: Almedina.
- Sudre, F. (2005), *Droit international et européen des droits de l’homme*, (7^a edição), Paris.
- Mesquita, M. J. R. M. (2010), *Justiça Internacional – Lições*, Lisboa: Editora AAFDL.
- Mbaya, E.(1997), *Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas*.

- Kleffens, E. N. (1957), *A soberania em direito internacional. In: Boletim da Faculdade de Direito, vol.XXXII*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Sereni, Â. P., op. cit., pg. 142. *Sobre o problema, na doutrina clássica*, MALINTOPPI, De la notion d'organisation en Droit International, nos citados Estudos Guggenheim, pag. 825 e segs.
- Nikken, P. (1987). *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Seu Desenvolvimento Progressivo*, Madrid: Civitas Monografia.
- Cortês, I.R. & Matos, M.C (2009). *Lei Maria da Penha: do papel para a vida. Comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário (2.ª edição)* Centro Feminista de Estudos e Assessoria: Brasília, Brasil

Revistas científicas

Núcleo de Pesquisa Criminológica e Política de Segurança Pública de Paractu, Minas Gerais, em sua Revista n.º 9

Revistas dos Tribunais Fioratti

Relações Internacionais, O Brasil e a política internacional,
Núcleo de Pesquisa Criminológica e Política de Segurança Pública de Paractu, Minas Gerais, em sua Revista n.º 9

Cartilha Lei Maria da Penha & Direitos da Mulher – Ministério Público Federal/
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)

Artigos científicos

- Cançado, A. A. T. (1997), *Desafios e Conquistas do Direito Internacional dos Direitos Humanos no início do Século XXI*, Página Oficial da Organização dos Estados Americanos, p. 412)
- Brigagão, Clóvis Brasil: Relações Internacionais com os Estados Unidos e a América do Sul, O Brasil e a política internacional, Revista Relações Internacionais, p. 85)

Teses e trabalhos

- Tavares, A. R. (2002), citado por Taiar, R. (2009), *Direito Internacional dos Direitos Humanos – Uma Discussão sobre a relativização da soberania face à efetivação da proteção internacional dos Direitos Humanos*, São Paulo. Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento.
- Moraes, A., (1998), citado por Taiar, R. *Direito Internacional dos Direitos Humanos – Uma Discussão sobre a relativização da soberania face à efetivação da proteção internacional dos Direitos Humanos*, São Paulo. Universidade de São Paulo, Tese de doutoramento.
- Batista, G. (1996), citado por Tavar, R. *Direito Internacional dos Direitos Humanos – Uma Discussão sobre a relativização da soberania face à efetivação da proteção internacional dos Direitos Humanos*, São Paulo. Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento.
- Andersen, Cynthia Satri (2004), citada por Alves, E. S., *As repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência doméstica em Porto Alegre*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalho de conclusão do curso de Enfermagem.
- Pitanguy, J., Barsted, L. L. & Miranda, D. (2006), citadas por Silva, C. M. O. G. (2010), *Violência contra as mulheres: A Lei Maria da Penha e suas implicações jurídicas e sociais em Dourados – MS, Dourados*. Dourados. Tese de Doutorado.

Documentos:

Declaração da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, Viena, 1993

Convenção de Belém do Pará

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, 1969

Convenção Interamericana de Direitos Humanos

Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça

Carta da Organização dos Estados Americanos

Código Penal Brasileiro

Tratado Internacional dos Direitos Humanos

Comissão Latino Americana dos Direitos da Mulher – CLADEN.

Sites:

- Página oficial das Nações Unidas: (Cfr. Resolução n.º 288 (X), 27 de fevereiro de 1950.

Disponível: www.un.org/docs/ecosoc/documents).

- Página oficial da Organização dos Estados Americanos.

Disponível: <http://www.oas.org/pt/sobre/comissao:juridica.asp>

- Agência Patrícia Galvão

Disponível: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/>

- Pesquisa ibope / Instituto Avon

Disponível: <http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/2009-pesquisa-ibope.avon-violencia-domestica.pdf>

-Perfil urbano pesquisa & expressão: análise dos dados

Disponível em: <http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/2009-pesquisa-ibope.avon-violencia-domestica.pdf>

- Código Penal. Lei N.º 2848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília: Presidência da República, 1940.

Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del 2848.htm>.

- Página da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Rio Grande do Sul:

Disponível em: <http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=91&id=19914>

CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD

- Centro latino-americano em sexualidade e direitos humanos :

Disponível: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/>

- Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – Cebela: Mapa Violência 2012

Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

- Jornal Folha de São Paulo

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/11/1369456-corte-interamericana-de-direitos-humanos-nao-e-tribunal-penal-de-revisao-diz-presidente.shtml>

- Observatório Lei Maria da Penha - OBSERVE

Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/>

- Centro pela Justiça e Direito Internacional – CEJIL

Disponível em: <https://www.cejil.org/>

-Páginas das Relações Internacionais do Brasil

Disponível em: <http://relinter.webs.com/>

ANEXOS

- I. Organização dos Estados Americanos**
- II. Convenção Americana Sobre Direitos Humanos**
- III. Lei Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**